



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO  
DA CASTANHA DE CAJU NA GUINÉ-BISSAU DE 2017 A  
2021 DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

**Idrissa Cassamá**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

**Professor Doutor António Borges Fernandes**

**Professora Doutora Sofia Cardim**

Bragança, julho de 2025.



Instituto Politécnico  
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO  
DA CASTANHA DE CAJU NA GUINÉ-BISSAU DE 2017 A  
2021 DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

**Idrissa Cassamá**

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Bragança para obtenção do  
Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

**Professor Doutor António Borges Fernandes**

**Professora Doutora Sofia Cardim**

Bragança, julho de 2025.

## Resumo

A indústria da castanha de caju na Guiné-Bissau é fundamental para economia e a sociedade do país, representando uma das principais fontes de rendimento para os agricultores e para a exportação. Entre 2017 e 2021, o setor enfrentou desafios na produção, comercialização e transformação, com a maior parte da castanha de caju a ser exportada *in natura*, o que gera perda de valor económico. A cadeia produtiva da castanha de caju envolve várias etapas, desde o cultivo tradicional até ao seu processamento, o que limita a agregação de valor ao produto e das receitas para o país. A dependência da castanha de caju como principal produto de exportação, que representa cerca de 90% das receitas de exportação, torna a economia do país vulnerável às flutuações do mercado internacional. O setor apresenta dificuldades estruturais, como baixa mecanização, insuficiência de infraestruturas e falta de capacitação técnica, além de uma forte presença de operadores estrangeiros na comercialização. No âmbito das políticas públicas, a Guiné-Bissau tem implementado iniciativas para promover a comercialização e transformação da castanha de caju. Destacam-se programas de apoio à capacitação de agricultores e operadores locais, bem como na criação de centros de agregação e processamento, visando incentivar a transformação local do produto. Contudo, essas políticas ainda se mostram pouco eficazes devido à insuficiência de recursos, à falta de uma estratégia de diversificação e ao pouco investimento na modernização da indústria. A ausência de uma política coordenada de incentivo à transformação, que gere valor agregado, tem limitado o desenvolvimento sustentável do setor. A análise de custos realizada demonstra que a transformação local da castanha de caju é economicamente viável, apresentando uma margem de lucro significativamente superior à obtida na exportação em bruto. Os resultados da análise de sensibilidade reforçam esta conclusão, revelando que, mesmo em cenários adversos de variação de preços ou de custos operacionais, a industrialização do produto mantém-se vantajosa do ponto de vista económico. Estes dados sustentam a necessidade de reorientar as políticas públicas para o incentivo à transformação local, com foco na criação de condições estruturais, financeiras e logísticas que promovam a valorização interna da castanha de caju. Embora o mercado global da castanha de caju esteja em crescimento, a modernização do processamento e uma política de incentivo à transformação local poderiam ampliar a rentabilidade, reduzir a dependência de exportação da castanha *in natura* e promover o desenvolvimento socioeconómico do país. A adoção das políticas públicas mais estruturadas e sustentáveis é essencial para fortalecer a cadeia produtiva e garantir uma participação mais significativa na cadeia de valor.

**Palavras-chave:** Comercialização, Processamento, Castanha de Caju, Políticas Públicas, Guiné-Bissau.

## Abstract

The cashew nut industry in Guinea-Bissau is fundamental to the country's economy and society, representing one of the main sources of income for farmers and exports. Between 2017 and 2021, the sector faced challenges in production, marketing and processing, with most cashew nuts being exported in their natural state, which generates a loss of economic value. The cashew nut production chain involves several stages, from traditional cultivation to processing, which limits the added value of the product and the revenue for the country. The dependence on cashew nuts as the main export product, which accounts for about 90% of export revenue, makes the country's economy vulnerable to fluctuations in the international market. The sector faces structural difficulties, such as low mechanisation, inadequate infrastructure and a lack of technical training, as well as a strong presence of foreign operators in marketing. In terms of public policy, Guinea-Bissau has implemented initiatives to promote the marketing and processing of cashew nuts. Noteworthy are programmes to support the training of farmers and local operators, as well as the creation of aggregation and processing centres, with a view to encouraging local processing of the product. However, these policies remain ineffective due to insufficient resources, the lack of a diversification strategy, and low investment in industry modernisation. The absence of a coordinated policy to encourage value-added processing has limited the sector's sustainable development. The results of the sensitivity analysis reinforce this conclusion, revealing that even in adverse scenarios of price or operating cost variations, the industrialisation of the product remains economically advantageous. These data support the need to reorient public policies towards encouraging local processing, with a focus on creating structural, financial and logistical conditions that promote the internal valorisation of cashew nuts. Although the global cashew nut market is growing, modernising processing and implementing a policy to encourage local processing could increase profitability, reduce dependence on exports of raw nuts, and promote the country's socioeconomic development. The adoption of more structured and sustainable public policies is essential to strengthen the production chain and ensure more significant participation in the value chain.

**Keywords:** Commercialisation, Processing, Cashew Nuts, Public Policies, Guinea-Bissau.

Dedico este trabalho à minha Avó Joana Incanha e à minha irmã Alicia Joana Pereira Cassamá,  
que Deus lhes dê um conto na Glória.

## **Agradecimentos**

A Deus pela dádiva da vida e do conhecimento que me deu.

Aos meus orientadores pelo apoio e orientação na elaboração deste trabalho.

A minha família e amigos pelo apoio e carinho.

## **Lista de Siglas e Acrónimos**

ANCA\_GB - Agência Nacional de Caju da Guiné-Bissau

ACC - Amêndoa de Castanha de caju

ANAG - Associação Nacional Dos Agricultores

AGEX - Associação Geral dos Exportadores

APGB - Associação de Portos da Guiné-Bissau

CDEAO - Comunidade Dos Estados da África Ocidental

CCC - Castanha de Caju com Casca

CCIA - Camara de Comercio, Indústria e Artesanal

DGCI - Direção Geral de Contribuição e Impostos

DGCE - Direção Geral de Comercio Exterior

FCFA - Franco da Comunidade Financeira africana

FMI - Fundo Monetário Internacional

IGV - Imposto Geral sobre Vendas

IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado

INE - Instituto Nacional de Estatística

PIB - Produto Interno Bruto

SOCOMI - Sociedade Comercial Industrial

TM - Toneladas Métricas

# Índice Geral

Índice Geral .....	viii
Índice de Figuras .....	ix
Índice de Tabelas .....	x
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	4
1.1 Localização e Caracterização da Guiné-Bissau .....	4
1.2 A Agricultura .....	6
1.3 A Evolução da Economia da Guiné-Bissau .....	8
1.4 O Mercado de Caju na Guiné-Bissau .....	10
1.5 Evolução do Comércio Externo da Guiné-Bissau.....	11
1.5.1 As importações da Guiné-Bissau por grupo .....	13
1.5.2 As exportações da Guiné-Bissau por grupo .....	13
1.6 A Evolução das Políticas do Comércio Externo.....	15
1.7 A Produção de Caju na Guiné-Bissau .....	18
1.8 O Processo da Comercialização da Castanha de Caju na Guiné-Bissau .....	22
1.9 As Principais Dificuldades no Processamento da Castanha de Caju na Guiné-Bissau .....	29
2. Metodologia de Investigação.....	31
2.1 O Processo de Colheita e Transformação da Castanha de Caju .....	33
2.2 Objetivos da Investigação .....	34
2.3 Tratamento e Análise dos Dados .....	35
3. Apresentação e Análise dos Resultados .....	36
3.1 Custos Inerentes ao Processo de Transformação.....	36
3.2 Análise de Risco.....	41
3.2.1 Análise de sensibilidade.....	41
3.2.2 Análise de cenários .....	45
Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação .....	47
Referências Bibliográficas .....	49

## Índice de Figuras

Figura 1: Localização e divisão administrativa da Guiné-Bissau.....	5
Figura 2: Distribuição de plantações de caju por zonas (norte, sul e leste). .....	7
Figura 3: Evolução do PIB da Guiné-Bissau em %, de 1996 a 2020. ....	9
Figura 4: Momentos do processo de comercialização da castanha de caju. ....	25
Figura 5: Resumo do quadro metodológico. ....	32

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Relação do preço de amêndoa de castanha de caju (ACC) e castanha de caju com casca (CCC). .....	11
Tabela 2: Importações da Guiné-Bissau durante os anos 2017 a 2021, em milhões de FCFA. ....	13
Tabela 3: Exportações da Guiné-Bissau durante os anos 2017 a 2021, em milhões de FCFA. ....	14
Tabela 4: Estimativa da produção mundial da castanha de caju <i>in natura</i> , em toneladas e %. ....	21
Tabela 5: Objetivos específicos e instrumentos de recolha de dados. ....	34
Tabela 6: Dados relativos à descasca da castanha de caju. ....	37
Tabela 7: Determinação do custo da mão-de-obra. ....	37
Tabela 8: Dados relativo a torrefação. ....	38
Tabela 9: Custos de embalagem. ....	38
Tabela 10: Determinação de custo industrial da castanha de caju. ....	39
Tabela 11: Determinação dos potenciais proveitos. ....	40
Tabela 12: Produção média por agricultor. ....	42
Tabela 13: Determinação da mão-de-obra. ....	43
Tabela 14: Capacidade de produção da máquina de descasque. ....	44
Tabela 15: Capacidade de produção da máquina de torrefação. ....	44
Tabela 16: Capacidade de produção da máquina de embalagem. ....	45
Tabela 17: Sumário do cenário. ....	46

## Introdução

A indústria da castanha de caju na Guiné-Bissau representa um sector de grande relevância económica e social, sendo uma das principais fontes de rendimento para numerosos agricultores e uma importante atividade de exportação para o país. Entre os anos 2017 e 2021, o sector passou por várias transformações, enfrentando desafios relacionados com a produção, comercialização e transformação da castanha de caju. Apesar da sua importância, a maior parte da castanha de caju produzida no país é exportada em sua forma *in natura*, o que acarreta uma significativa perda de valor económico, uma vez que a transformação local poderia agregar valor ao produto e gerar melhores receitas para os produtores e o país como um todo.

Neste contexto, as políticas públicas assumem um papel determinante, uma vez que a ausência de medidas eficazes de incentivo à transformação local da castanha de caju limita o potencial de desenvolvimento do setor e perpetua a dependência das exportações em bruto.

O processo de cultivo e processamento da castanha de caju envolve diversas etapas, desde a preparação do terreno, passando pela plantação, manutenção, colheita, descasque, torrefação e embalagem final. Cada uma dessas fases apresenta particularidades que influenciam a qualidade do produto final, bem como os custos associados ao seu processamento. Ainda que práticas

tradicionais predominem, há uma potencialidade de modernização que pode contribuir para o aumento da eficiência produtiva e a melhoria da qualidade do produto, fatores essenciais para a competitividade no mercado internacional.

Este trabalho busca compreender o processo da comercialização e transformação da castanha de caju na Guiné-Bissau durante os anos entre 2017 e 2021, com foco em identificar os fatores que dificultam a agregação do valor local ao produto, bem como os obstáculos enfrentados de uma indústria de processamento mais estruturada. Além disso, pretende-se avaliar o impacto das políticas governamentais e de instituições multilaterais na dinâmica do sector, fornecendo subsídios para recomendações que possam fomentar o crescimento sustentável desta atividade.

Desta forma, é igualmente relevante avaliar a coerência, os impactos e os limites das políticas governamentais implementadas no período em análise, compreendendo até que ponto estas contribuíram (ou não) para a valorização da castanha de caju como ativo estratégico da economia nacional.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa combina abordagens qualitativa e quantitativa, utilizando levantamento bibliográfico, análise de documentos oficiais, relatório de organizações e parceiros além de dados do governo e associações de agricultores e transformadores. Assim, será possível obter um quadro abrangente das práticas atuais, desafios e oportunidades de modernização do sector da castanha de caju na Guiné-Bissau, contribuindo para uma compreensão aprofundada do seu papel na economia nacional e para o desenvolvimento de estratégias e melhorias do sector.

Para dar resposta aos objetivos definidos, a presente dissertação encontra-se dividida em três secções principais. Na secção um descreve-se o enquadramento teórico do estudo, abordando os principais conceitos relacionados com o comércio externo, as políticas públicas de apoio ao setor agrícola e as dinâmicas da cadeia de valor da castanha de caju, com especial atenção ao papel do Estado na promoção da transformação local e da competitividade externa.

Na secção dois expõe a metodologia adotada na investigação, assente numa abordagem descritiva e quantitativa, com base em dados secundários e em procedimentos de análise económica. Neste capítulo, são operacionalizados os objetivos específicos do estudo, nomeadamente a comparação entre o valor económico da castanha de caju exportada em bruto e o seu potencial de valorização através da transformação local. Para tal, é realizada uma análise de custos associados ao processo de produção e transformação, bem como uma análise de sensibilidade que permite simular diferentes cenários de margem de lucro e volume de exportação. A metodologia sustenta, assim, uma reflexão crítica sobre a viabilidade económica da industrialização do setor e o papel que as políticas públicas podem desempenhar na promoção dessa transição.

Na secção três apresenta-se a análise empírica realizada, centrada no processo de produção, comercialização e transformação da castanha de caju na Guiné-Bissau, com especial incidência no período de 2017 a 2021. São analisados dados estatísticos sobre volumes de produção, preços médios de exportação e evolução do comércio externo, complementados por uma análise económica que compara o valor obtido na exportação em bruto com o valor potencial da castanha

transformada localmente. Esta secção inclui ainda uma estimativa de custos de transformação industrial e uma análise de sensibilidade que permite simular ganhos económicos em diferentes cenários. A evidência recolhida demonstra o fraco aproveitamento do potencial económico do setor e realça a urgência de uma definição mais clara e consistente de políticas públicas orientadas para a promoção da transformação local, a valorização da cadeia produtiva e a redução da dependência de exportações em bruto.

Por fim, nas conclusões encontram-se sintetizados os principais resultados obtidos e propõe-se recomendações centradas no reforço da intervenção estatal, na melhoria da governança pública e na definição de políticas integradas que promovam a transformação local e o aproveitamento do potencial económico da castanha de caju no contexto do comércio externo.

# **1. Enquadramento Teórico**

## **1.1 Localização e Caracterização da Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África. O território nacional na zona norte faz fronteira com o Senegal, e a sul e leste com a República da Guiné-Conacri, sendo a oeste banhado pelo oceano atlântico. O território do país tem uma superfície total de 36.125km<sup>2</sup>, sendo composto por duas partes que são a parte continental e um arquipélago de ilhas, incluindo as ilhas de Bijagós, que são conhecidos pela sua biodiversidade e beleza natural. A paisagem inclui florestas tropicais, savanas e mangais.

A Guiné-Bissau tem um clima tropical, pelo que as estações do ano se dividem em duas grandes estações. A estação seca, que dura seus meses, e que vai de Novembro a Abril e a estação chuvosa, ou época das chuvas, que começa em Maio e termina, habitualmente, em Outubro. A temperatura é elevada quase todo o ano, sendo que por vezes atinge os 40°C.

O país é composto por diferentes grupos étnicos sendo eles, os Manjacos, os Balantas, os Fulas, os Mandingas, os Biafadas, os Nalú, e os Mancanhes, entre outros, com menor representatividade. A língua oficial é o português, no entanto, existem também diversos dialetos associados ao crioulo,

falados por determinados grupos de habitantes, que servem de elo de ligação entre as diferentes etnias.

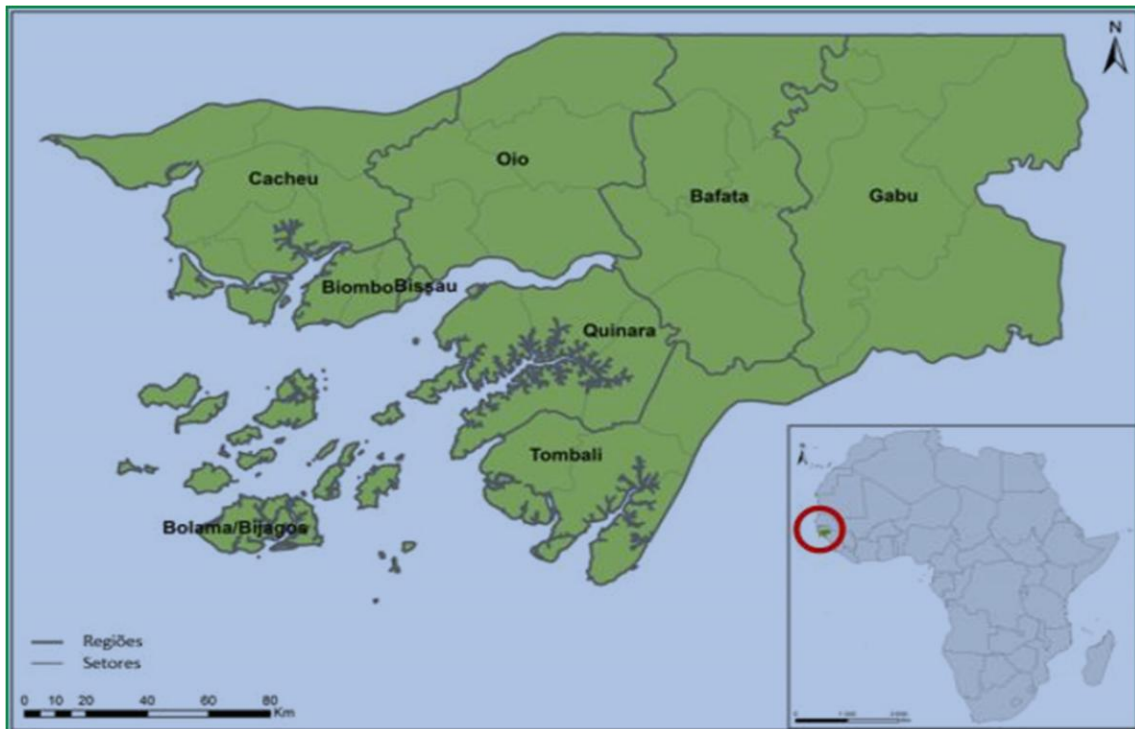


Figura 1: Localização e divisão administrativa da Guiné-Bissau.  
Fonte: Comba (2022).

A Guiné-Bissau é conhecida por uma história marcada por crises e instabilidade política. Após a sua independência em 1974, o país enfrentou diversos golpes de estado, a guerra civil de 1998 e uma situação económica deficitária (Nsengiyumva et al. 2024). A política guineense é frequentemente caracterizada por uma fragmentação partidária, na qual diferentes partidos políticos disputam o poder e que, na maioria dos casos, essas disputas resultam em alianças instáveis e mudança constante do governo.

Nas últimas décadas, o país tem tentando estabilizar a sua situação política. Em 2019 realizaram-se as eleições presidenciais que resultaram na vitória de Umaro Sissoco Embaló, tendo o processo eleitoral sido marcado com diversas controversas e disputas. Desde então, o país mergulhou numa nova tensão política entre os poderes executivo e legislativo, às quais acrescem questões relacionados com o aumento da corrupção, o tráfico de droga, a perseguição e sequestro e a proibição da liberdade de expressão.

Contudo, o país tem recebido o apoio da comunidade internacional para a promoção da paz e a estabilidade, incluindo as organizações sub-regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e a União Africana (CEDEAO). Mas, mesmo com a intervenção destes, o país continua com impasse político até então.

## 1.2 A Agricultura

A agricultura é a base da economia da Guiné-Bissau, ou seja, a atividade agrícola é o motor chave da economia do país, através do cultivo de produtos como caju, arroz, milho, amendoim, feijão, batata-doce, inhame, coconote (que é a semente do dendezeiro da qual se extrai o óleo de palma e a mandioca. De acordo com o relatório da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2021), o sector agrícola começou a crescer após a independência do país (que ocorreu em Setembro de 1974), e chegou a atingir 44% do Produto Interno Bruto (PIB) da Guiné-Bissau. Segundo esta perspetiva, Barry et al. (2007), afirmam que a importância deste setor, no PIB do país, pode ser explicada pelo fator clima, o que quer dizer que o país tem um clima tropical favorável para a plantação, abundância de recursos hídricos e terras férteis, que requerem apenas alguns adubos químicos, que podem favorecer uma boa produção. Por sua vez, Havik et al. (2018), explicam que, embora a Guiné-Bissau disponha de condições climáticas favoráveis para a agricultura, os seus níveis de produção são baixos. Por outro lado, verifica-se que o país podia criar condições e apostar fortemente na agricultura para conseguir uma vantagem comparativa no setor agrícola, criando assim as políticas capazes dinamizar o setor, com o objetivo de fazer mudanças profundas na produção dos bens agrícolas, de modo a tornar o setor mais rentável.

Após a independência, o país tentou introduzir técnicas modernizadas no setor agrícola, tendo começado a produzir alguns produtos como amendoim, óleo de palma e coconote para exportação. Contudo, com o primeiro golpe de estado, em 14 de Novembro de 1980, que culminou com a mudança do regime, ocorreu uma mudança de políticas face ao inicialmente projetado. Já a partir de meados dos anos oitenta, concretamente em 1986, estes produtos deixaram de exercer o papel principal na produção agroalimentar, em detrimento da produção da castanha de caju e do arroz, passando a partir desta altura, o caju a ser o produto mais importante do setor agrícola e do país.

Assim, embora o cultivo do caju seja muito antigo, só começou a ganhar destaque como uma cultura importante no país a partir de meados dos anos oitenta e até aos anos noventa. Monteiro et al. (2017) afirmam que a cultura do caju antecede a independência, sendo na altura considerado como um produto agrícola de subsistência da população rural.

Do trabalho desenvolvido por Barry et al. (2007), é possível perceber que a partir da abertura e da liberalização económica do país, com a introdução do Programa de Ajustamento Estrutural, implementado a partir de 1986, e com a evolução do comércio de produtos agrícolas no mercado internacional, aliados ao aumento da procura externa do cultivo de caju na década de noventa, existia uma área total de cerca de 103 mil hectares destinada à plantação de caju com o objetivo de aumentar a produção em 20% ao ano.

Segundo o relatório da FAO (2021), este facto marcou o início de uma nova era em que o país começou a depender da cultura do caju, aumentando assim a sua quota no PIB do país, com um crescimento de 4% em 1994, tendo em 2010 esse crescimento atingido 23%. Esta foi uma fase em que o caju da Guiné-Bissau começou a ganhar fama no mundo através dos seus exportadores.

Nesta ótica, e de acordo com a informação emanada pela Associação Nacional de Caju da Guiné-Bissau (ANCA-GB, 2018), no ano de 2012, o país foi considerado como o quinto maior produtor de castanha do caju no mundo. Este facto que tornou a economia do país muito vulnerável, tendo em conta a dependência do país num único produto de exportação, que constituiu cerca de 90% das exportações totais do país, embora a sua produção e comercialização tenha ajudado muito os agricultores e os agregados familiares que vivem nas zonas rurais.

Ainda de acordo com a mesma entidade (ANCA-GB, 2018), salienta-se que o caju, que tem como nome científico *anacardium occidentale*, teve a sua origem na América Latina na zona do nordeste do Ceará, tendo sido espalhado por todo o globo, alargando-se o seu cultivo para diversas regiões de clima tropical, tornando-se uma importante cultura em vários países, devido à sua maior facilidade de adaptação nos solos de baixa fertilidade.

De acordo com a FAO (2021), o caju é produzido em mais de trinta países do mundo, mas os maiores produtores da castanha de caju são a Índia, o Vietname, o Brasil, Moçambique, a Guiné-Bissau, a Costa do Marfim e a Nigéria. O crescimento deste produto é estimulado pelo aumento da procura global e pelo aumento do seu consumo, principalmente na Ásia, América e Europa, onde a castanha de caju é muito popular nos lanches, e nas diversas receitas de culinária.

Samate (2018) considera que o caju é o produto mais exportado na Guiné-Bissau, sendo responsável por 90% das receitas de exportação do país. A sua plantação cobre cerca de 50% das áreas cultivadas pelos donos das hortas que plantam entre dois e três hectares, que evidencia que em média, cada guineense produz cerca de 53kg de caju por ano.

Ainda de acordo com a ANCA-GB (2020), destaca-se que a produção deste produto se concentra nas regiões no norte e cobre cerca de 17% das áreas plantadas; na zona leste cobre cerca de 55% das áreas plantadas e na região sul e ilhas cobre cerca de 18% das áreas plantadas. A totalidade destes números indica que cerca de 58% da população guineense se ocupa desta cultura como está referido na Figura 2 distribuições de plantações de caju por zonas (norte, sul e leste)

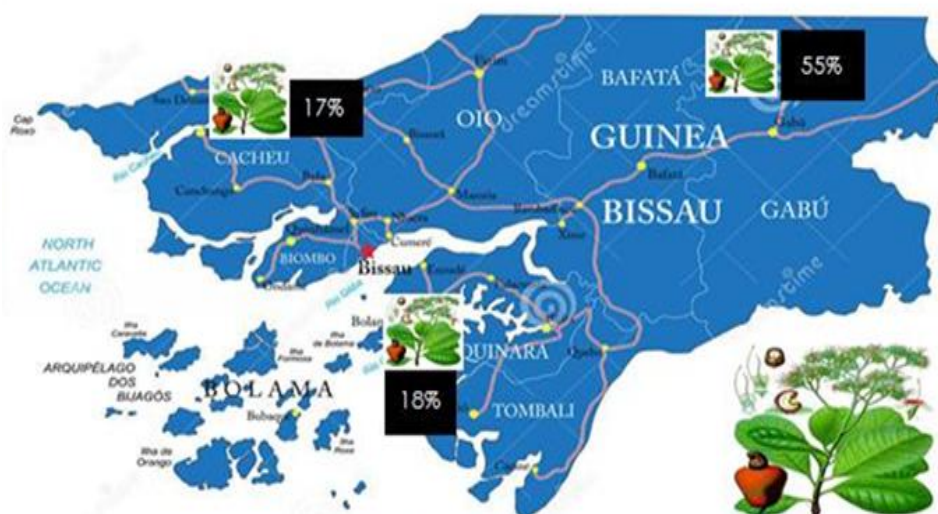


Figura 2: Distribuição de plantações de caju por zonas (norte, sul e leste). Fonte: Relatório da ANCA-GB (2020, p.9).

### 1.3 A Evolução da Economia da Guiné-Bissau

A economia da Guiné-Bissau apresenta desequilíbrios estruturais e macroeconómicos que se traduzem pelas seguintes condições: um grave desequilíbrio externo, baixos níveis de produtividade e falta da competitividade. Dado que a castanha de caju é o principal produto de exportação (Sierra-Baquero et al., 2024), é de referir o seu baixo preço no mercado internacional. Estas condicionantes contribuem para um forte desequilíbrio nas contas públicas e numa elevada dependência de ajuda externa. Adicionalmente, a evolução económica do país tem sido marcada por forte instabilidade política e social, que se reflete fortemente no aumento do setor informal, contribuindo assim para uma redução de pagamento dos impostos. Esta situação condiciona o crescimento e desenvolvimento económico do país.

A Guiné-Bissau é um país que dispõe de muitos recursos naturais e produtos agroalimentares, tais como peixe, caju, madeira, batata-doce, amendoim entre outros, que poderiam contribuir para a diversificação dos produtos de exportação. No entanto, tal não se verifica, centrando-se as exportações na castanha de caju. Acresce o facto de existir exportação clandestina deste produto (economia informal), não figurando para os valores do PIB.

A economia da Guiné-Bissau depende fortemente do setor primário. De acordo com os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2021), o peso do setor primário no PIB do país tem vindo a crescer desde meados dos anos oitenta. No entanto, a falta de investimento impede a evolução deste setor que chegou a representar 47,5% do valor do PIB em 2018, 52,5% em 2019 e 56% em 2020 (Silla, 2024).

De acordo com a Figura 3 pode observar-se a evolução do PIB da Guiné-Bissau entre 1996 e 2020, permitindo uma visão sobre a evolução do crescimento deste indicador, assim como os quatro momentos marcantes que afetaram a economia do país significativamente durante esse período, nomeadamente:

- A guerra civil de 1998 e 1999, período no qual o país apresentou um crescimento negativo 28%.
- Golpe de estado em 2002, ano em que o país apresentou um crescimento negativo de 1%.
- Golpe de estado de 12 de abril de 2012, cujo impacto levou o país também a um crescimento negativo de 1,71%.
- Finalmente, o último momento marcante foi a pandemia da Covid-19 em 2020 fez com que o país tivesse um decréscimo de 2,4% no valor do PIB.

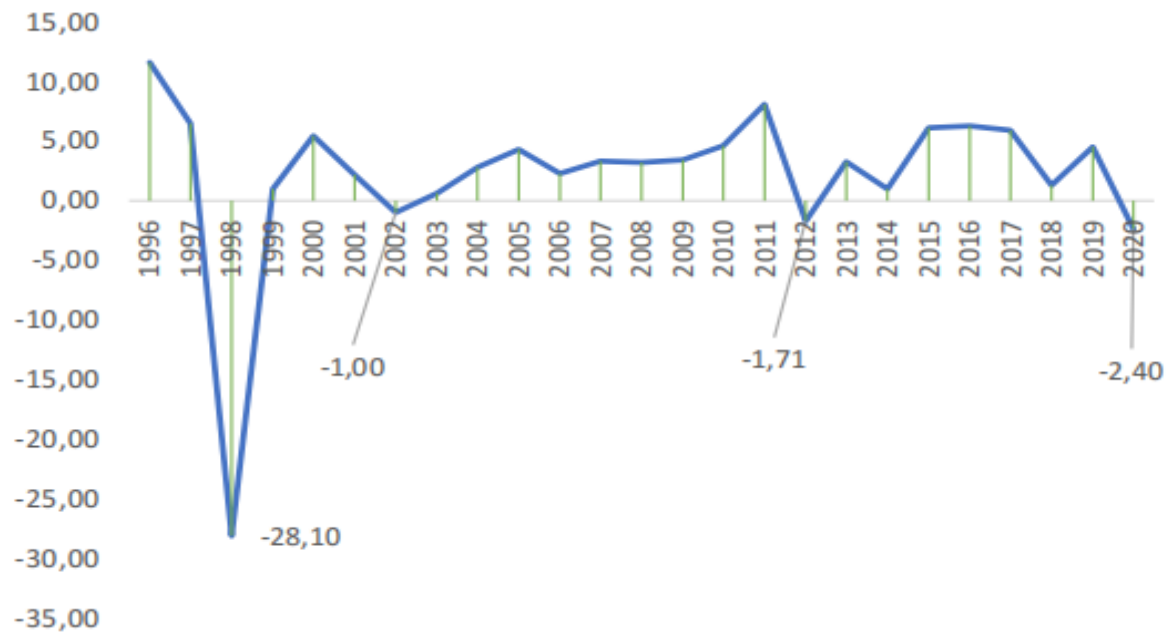


Figura 3: Evolução do PIB da Guiné-Bissau em %, de 1996 a 2020.  
Fonte: ANCA-GB (2018).

Por outro lado, observa-se que o país se encontra num caminho menos diversificado, continuando a depender fortemente da castanha de caju como principal produto da exportação desde os anos oitenta até à data presente. O relatório da FAO (2021) evidencia que a Guiné-Bissau tem dois problemas agrícolas estruturais que precisam de ser solucionados.

O primeiro problema agrícola está relacionado com o facto da economia do país estar demasiado dependente da agricultura. Deste modo, necessita de um maior investimento e reorganização do setor agrícola para aumentar a diversificação dos seus produtos e respetivas exportações. Atualmente, a economia da Guiné-Bissau está demasiado dependente da castanha de caju sendo o mesmo considerado como o principal produto da exportação assim como na transformação da castanha de caju, como referido anteriormente.

O segundo problema prende-se com o facto de o arroz ser a base de alimentação do país não sendo a sua produção autossustentável. O governo deveria investir na produção de arroz a fim de diminuir a importação desse produto que, muitas das vezes, entra no processo da comercialização da castanha de caju como moeda de troca.

Deste modo percebe-se que o país necessita preocupar-se mais com o setor agrícola, melhorando a sua organização bem como a realização de investimentos consideráveis a fim de poder desenvolver a sua economia, assim como o setor social, com a finalidade de minimizar a situação da pobreza.

## 1.4 O Mercado de Caju na Guiné-Bissau

De acordo com a ANCA-GB (2020), desde meados da década de sessenta até ao início dos anos oitenta, a produção e exportação da castanha de caju e produção de amêndoa eram liderados por Moçambique e pela Índia, apesar de terem escalas de produção pequenas e com preços baixos. Já na Guiné-Bissau, a produção de caju começou a ganhar mais força a partir dos anos oitenta. Desde então, passou a ser o principal produto de exportação, como também o produto que mais rendimento gera ao país e às empresas e famílias. O seu falso fruto é aproveitado pelas mulheres para fazer bebidas alcoólicas, sendo a castanha vendida pelos pequenos agricultores que, por vezes, fazem trocas comerciais com o dinheiro ou mesmo com arroz (troca direta de produtos).

Mendes (2010) considera que a maioria dos países produtores da castanha de caju não dispõe de meios para fazer o seu processamento localmente, motivo pelo qual a maior parte da castanha, produzida por estes países, acaba por ser vendida a países que dispõem de condições para fazerem a sua transformação, convertendo um produto agroalimentar simples num produto alimentar com maior valor-acrescentado. Albuquerque (2023) argumenta que na comercialização deste fruto, estão presentes dois aspetos principais relativamente a mercados internacionais: por um lado a castanha bruta, que é comercializada em forma da matéria-prima pelos principais países como a Costa do Marfim, a Tanzânia, a Guiné-Bissau, o Quênia, o Benim, o Gana, entre outros; e a própria amêndoa de caju que é comercializado pela Índia, Vietname, Brasil, Costa do Marfim, Moçambique e Holanda.

Segundo a ANCA-GB (2020), o mercado internacional de caju tem vindo a crescer nas últimas décadas. Como é possível observar a partir do trabalho desenvolvido por Correia (2017), estima-se que o mercado internacional da castanha de caju venha a ter um crescimento de 4,6% até 2026. Por outro lado, e de acordo com Abdulai (2020), percebe-se que ocorreu evolução no crescimento em 21,5% desde o dia 15 de agosto de 2021 no volume de exportações da castanha de caju. Maciel et al. (2021), destacam a ocorrência de um aumento na procura de amêndoa de castanha de caju (é um sub produto do caju) por parte dos países consumidores deste produto, como é o caso da China, dos EUA e de alguns países europeus, que têm movimentando cerca de vinte biliões de dólares durante os anos de 2005 a 2013 para adquirirem amêndoa de caju.

Também de acordo com o relatório emanado pelo Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau (2004), a amêndoa do caju movimenta cerca 500 milhões de dólares anualmente, mostrando que a amêndoa do caju é comercializada nos países com elevado rendimento. Assim, este autor destaca que a produção, a transformação, a exportação e o consumo deste produto no mundo tem crescido desde os anos 1980.

Portanto, Brainer (2021) destaca que as alterações no panorama dos países, na produção da castanha de caju, relacionadas com a melhoria no seu processo produtivo, comercial e, de forma consequente, no crescimento do seu mercado, devido a dois grandes fatores:

i) por um lado, a própria pressão do mercado, que tem como meta aumentar as suas margens, seja no produtor ou nos revendedores, que exercem pressão sobre o preço, a qualidade, a segurança, a regularidade e sobre o sobre elo repetitivo da ligação com o fornecedor;

ii) o êxito económico de amêndoa de caju, evidencia que este produto tem mais rentabilidade financeira em relação à castanha *in natura* (bruta) em forma de matéria-prima, sendo a amêndoa um subproduto da castanha de caju ou, por outras palavras, a amêndoa de caju é um produto extraído da castanha de caju.

Samate (2018), alega que a exportação de amêndoa de caju tem maior retorno financeiro em relação à castanha de caju *in natura* (ou seja, em bruto), que se materializa no facto do retorno financeiro da exportação de amêndoa de caju ser cerca de seis vezes superior ao valor da exportação da castanha de caju *in natura*, em cada tonelada, ou seja existe divergência nos preços oferecidos pela amêndoa em relação ao valor recebido pela castanha *in natura* bruta por porção entre os agentes económicos.

O mesmo autor (Samaté, 2018) evidencia ainda a diferença entre o preço de amêndoa da castanha de caju e a castanha de caju *in natura*, mostrando a superioridade da amêndoa em relação à castanha *in natura*. A Tabela 1 estabelece a relação entre o preço de amêndoa de castanha de caju (ACC) e castanha de caju com casca (CCC) sendo referente ao ano de 2018.

Tabela 1: Relação do preço de amêndoa de castanha de caju (ACC) e castanha de caju com casca (CCC).

ACC			CCC		
Tipos de amêndoa	Categoria	Preço (USD/FOB)	Preço (FCFA/kg)	Países	Preço (FCFA)
Peças brancas	Pb	3,3 - 3,5	3775 - 4000	Costa do Marfim	1.150
				Gana	1.015
Peças torreficados	Pt	2,8 - 3,05	3200 - 3490	Nigéria	955
				Benim	1.330
Peças partidos	Pp	2,9 - 3,25	3300 - 3700	Moçambique	1.335
Grandes peças brancas	Gpb	2,6 - 2,9	2980 - 3300	Tanzânia	1.405
				Guiné-Bissau	1.500

Nota: USD=United States Dollars; FOB=Free On Board; FCFA = Franco da comunidade Financeira Africana.

Fonte: ANCA-GB (2018).

## 1.5 Evolução do Comércio Externo da Guiné-Bissau

A compreensão da evolução do comércio externo da Guiné-Bissau exige, inevitavelmente, uma análise aprofundada das políticas públicas adotadas ao longo do tempo. As decisões do governo em matéria fiscal, regulatória e de incentivos moldaram o comportamento dos agentes económicos e a inserção do país nas cadeias de valor globais.

O Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau (2004) destaca que, ao abordar a evolução do comércio externo do país, é imprescindível recuar ao período colonial, uma vez que, após a independência, não se deu prioridade aos setores estratégicos. Além disso, faltou uma diversificação dos produtos de exportação que pudesse impulsionar a economia e reduzir o saldo deficitário da balança comercial, que se manteve negativo ao longo da sua história. No entanto, logo após a independência, o país demonstrou algum dinamismo no comércio externo, exportando produtos como coco, amendoim e óleo de palma. Existiam ainda algumas unidades industriais, como uma fábrica de montagem de automóveis e uma fábrica de leite Blufú, entre outras.

Com a mudança de regime nos anos 80 e a implementação do Programa de Ajustamento Estrutural em 1986, num contexto em que o Estado era o único empregador, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aconselhou o governo a promover o investimento privado, incentivando assim a criação de um setor privado nacional. Esta política visava reduzir a dependência do emprego público. No entanto, a sua implementação revelou-se ineficaz, levando à liberalização do setor do caju, que viria a tornar-se, até hoje, o principal produto de exportação do país. Paralelamente, a Guiné-Bissau continua a depender fortemente da importação de bens, sobretudo de produtos de consumo.

Ao analisar as teorias do comércio internacional, sob a perspetiva económica em particular, o princípio da vantagem comparativa, apresentado por autores como Smith (1985) e Ricardo (2021), permitiu concluir que cada país deve especializar-se na produção dos bens em que possui uma vantagem competitiva relativamente aos demais, optando por importar aqueles cuja produção se revela menos eficiente. Essa deveria ter sido a estratégia adotada pela Guiné-Bissau após a sua independência, considerando o seu solo fértil e as condições naturais favoráveis à produção agrícola, fatores que poderiam ter impulsionado as exportações. No entanto, essa orientação não foi seguida. Atualmente, o país depende fortemente da importação de produtos de primeira necessidade — como arroz, cebola, cenoura, repolho e batata-doce — bens que poderiam, em grande parte, ser produzidos localmente. Krugman et al. (2015) defendem que as indústrias operam com base na economia de escala ou sob rendimentos constantes, sendo que essas economias de escala podem assumir carácter nacional ou internacional, consoante a dimensão da empresa ou da indústria. O conceito de economia de escala procura demonstrar que, ao especializar-se na produção de um número restrito de bens, cada país pode alcançar níveis mais elevados de produção e eficiência do que se tentasse produzir uma ampla variedade de produtos. Esta especialização, por sua vez, favorece o comércio internacional, ao proporcionar uma maior diversidade de bens disponíveis no mercado global (Krugman et al., 2015).

Nesta linha de pensamento, é pertinente analisar a evolução da balança comercial da Guiné-Bissau, no que respeita às importações e exportações, durante o período compreendido entre 2017 e 2021. Esta análise permitirá obter uma visão mais clara e objetiva sobre a trajetória do comércio externo do país ao longo desses anos, contribuindo para uma melhor compreensão dos seus padrões de inserção na economia global.

De acordo com a tabela anterior, é possível verificar que a balança comercial da Guiné-Bissau, no que respeita às importações e exportações, registou em 2017 um saldo deficitário de -10,9 milhões

de euros, com um grau de cobertura de 10,7%. Em 2018, o défice agravou-se, atingindo os -66,7 milhões de euros. No entanto, a partir de 2019, observaram-se sinais de recuperação, tendo-se verificado um saldo positivo de 78,5 milhões de euros. Esta tendência manteve-se em 2020, com um aumento do saldo positivo para 144,8 milhões de euros, culminando em 2021 com um saldo ainda mais expressivo de 190,4 milhões de euros e um grau de cobertura de 44,7%.

### 1.5.1 As importações da Guiné-Bissau por grupo

Como referido anteriormente, a balança comercial da Guiné-Bissau apresenta um histórico deficitário, embora existam indícios de melhoria ao longo dos últimos anos. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2021 aproximadamente 35,7% das importações do país corresponderam a produtos agroalimentares, uma ligeira diminuição face a 2020, ano em que essa categoria representou 43,2% do total importado. Seguiram-se os produtos químicos, que constituíram 14,4% das importações em 2020 e 12% em 2021. Já os produtos energéticos representaram cerca de 13,2% em 2020 e 10,7% em 2021.

Entre os produtos com menor peso relativo nas importações destacam-se, em primeiro lugar, as máquinas, aparelhos e suas partes, com uma participação entre 8,3% e 10%. Em segundo lugar surgem os minérios e metais, que variaram entre 6% e 8,1%, seguidos pelos produtos acabados diversos, com uma representatividade de 5,3% a 7,4%. Os materiais de transporte contribuíram com 3,3% a 3,9%, os vestuários com 2,2% a 2,5%, e os produtos de madeira e papel com 1,3% a 1,5%. Por fim, o calçado representou apenas 0,7% do total das importações, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2: Importações da Guiné-Bissau durante os anos 2017 a 2021, em milhões de FCFA.

	2017	2018	2019	2020	2021
Agroalimentar	72.202	58.680	12.332	12.572	12.287
Produtos energéticos	23.672	24.481	47.924	31.069	45.318
Madeira e papel	1.100	1.468	7.196	3.719	5.024
Vestuário	2.527	2.495	8.112	7.195	7.730
Calçado e peles	617	688	1.280	2.031	2.338
Minério e metais	24.189	14.850	25.824	23.554	20.684
Máquinas e aparelhos	15.223	15.340	27.297	26.915	32.597
Materiais de transporte	5.452	8.451	12.847	11.345	11.441
Aeronaves e embarcações	185	3	1.199	2.799	28.589
Produtos acabados diversos	5.189	5.691	15.702	21.449	18.080
<b>Total das importações</b>	<b>156.603</b>	<b>140.339</b>	<b>301.473</b>	<b>290.771</b>	<b>344.371</b>

Fonte: Direção do Comércio Exterior (2021).

### 1.5.2 As exportações da Guiné-Bissau por grupo

No que diz respeito às exportações da Guiné-Bissau, observa-se uma fraca diversificação, sendo possível afirmar que estas são quase exclusivamente concentradas num único produto. Os dados revelam que os produtos agroalimentares constituem a principal categoria exportadora, com

destaque absoluto para a castanha de caju em bruto, que representou mais de 85,5% do total das exportações em 2021. No ano anterior, esse valor foi ainda mais expressivo, atingindo 97,6%, de acordo com Brainer (2021).

Com uma presença significativamente menor, surgem os produtos energéticos, que representaram 12% das exportações, e, muito mais abaixo, aeronaves, embarcações e respetivas partes, com apenas 1,0%. Estes números evidenciam a forte dependência da Guiné-Bissau da castanha de caju como principal motor do seu comércio internacional, tornando o país vulnerável às flutuações do mercado global desse produto específico como se verifica na Tabela 3.

Tabela 3: Exportações da Guiné-Bissau durante os anos 2017 a 2021, em milhões de FCFA<sup>1</sup>.

<b>Produtos</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Castanha de caju	167.539	142.088	114.084	116.037	124.001
Energéticos	0	0	1	1.421	18.692
Químicos	0	0	140	15	28
Madeira e papel	0	65.197	7.502	9	1
Têxteis e vestuário	0	0	855	3	78
Calçado e peles	0	0	3	5	0
Minério e metais	0	0	65.652	1.238	230
Máquinas e aparelhos	0	0	758	534	398
Materiais de transporte	0	0	172	28	38
Produtos acabados diversos	0	0	246	165	140
<b>Total das exportações</b>	<b>167.539</b>	<b>207.285</b>	<b>223.140</b>	<b>145.653</b>	<b>153.765</b>

Fonte: Direção do Comércio Exterior (2021).

De acordo com a Direção-Geral do Comércio Exterior (DCE, 2021), já foram delineadas diversas medidas estratégicas com vista à melhoria da produtividade nacional, ao reforço da competitividade externa e à diversificação da base exportadora da Guiné-Bissau. Estas medidas têm como objetivo central corrigir o desequilíbrio da balança comercial, reduzir a forte dependência da castanha de caju e aumentar a capacidade do país de competir nos mercados internacionais.

Entre as ações previstas destaca-se a implementação de um projeto orientado para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, que visa também combater a pobreza nas zonas rurais e estimular o desenvolvimento de áreas agrícolas promissoras. O projeto propõe-se a dar prioridade à produção de alimentos de qualidade, tanto para o consumo interno como para a exportação, promovendo uma agricultura mais moderna e eficiente.

Para alcançar estes objetivos, será promovida a mecanização agrícola, a exploração sustentável dos recursos hídricos e a intensificação da produção agrícola ao longo de todo o ano, contrariando o modelo tradicional assente numa agricultura de subsistência dependente da estação das chuvas. Estas mudanças visam transformar a estrutura produtiva nacional, aumentando a resiliência

<sup>1</sup> 1 West African CFA franc equals 0,0015 Euro.

económica e criando condições para uma inserção mais vantajosa da Guiné-Bissau no comércio internacional.

## 1.6 A Evolução das Políticas do Comércio Externo

A evolução do comércio externo da Guiné-Bissau não pode ser analisada isoladamente das políticas públicas implementadas ao longo do tempo. As reformas fiscais, os programas de ajustamento estrutural e os compromissos regionais com a UEMOA refletem decisões políticas que moldaram o modelo de inserção do país no comércio internacional e condicionam, ainda hoje, o desempenho do setor do caju.

Segundo o Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau (2004), no contexto da integração regional e do comércio internacional, a Guiné-Bissau instituiu o Imposto Geral sobre as Vendas (IGV) em 1997, por meio da Lei n.º 16/97, publicada no suplemento do Boletim Oficial n.º 13, de 31 de março de 1997.

A institucionalização de impostos como o IGV e os esforços de harmonização fiscal com a UEMOA devem ser compreendidos no contexto de uma estratégia mais ampla, ainda que pouco estruturada, de inserção da Guiné-Bissau nas cadeias globais de valor. No entanto, apesar dessas iniciativas, permanece a questão: por que razão essas políticas não resultaram na industrialização do setor da castanha de caju? Esta reflexão relaciona-se diretamente ao objetivo central desta investigação, que procura apurar o valor económico perdido ao exportar castanha *in natura*.

Embora se tratasse de um imposto recente à época, com algumas semelhanças ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA ou TVA), o seu enquadramento teve em consideração as perspetivas regionais e internacionais. A sua implementação visava tributar de forma ampla o consumo, sendo inicialmente aplicada à produção e comércio de grandes e médias empresas, bem como à importação e exportação, através de uma estrutura plurifásica limitada (França, 2021).

O objetivo de longo prazo era a criação de um sistema de TVA/IVA alinhado com as práticas internacionais, sem ignorar a realidade nacional marcada por um elevado nível de informalidade económica e pela fragilidade do sistema fiscal, o que exigiu uma abordagem cautelosa. Contudo, mais de duas décadas depois, os objetivos iniciais não foram plenamente concretizados.

Entre 2015 e 2018, registaram-se esforços significativos de harmonização da fiscalidade, tanto direta como indireta, no seio da União Económica e Monetária do Oeste Africano. Esses esforços traduziram-se na transposição parcial de normas comunitárias para o ordenamento jurídico nacional, por via das Leis do Orçamento Geral do Estado desses anos económicos. Entre essas normas incluem-se as diretivas comunitárias de primeira e segunda geração sobre a TVA, nomeadamente a Diretiva n.º 2/1998/CM/UEMOA, posteriormente alterada pela Diretiva n.º 02/2009/CM/UEMOA, de 27 de março, com o objetivo de harmonizar a legislação fiscal dos Estados-membros.

Em 2020, a Guiné-Bissau procedeu à atualização e adequação das taxas do IGV, em conformidade com as diretivas acima referidas. As taxas passaram a estar fixadas nos seguintes termos:

- 0% para medicamentos e exportações.
- 10% para géneros de primeira necessidade.
- 15% para fornecimento de eletricidade e água.
- 19% como taxa geral aplicável.

No que se refere à tributação dos medicamentos à taxa de 0%, a Diretiva n.º 06/2002/CM/UEMOA foi transposta para o ordenamento jurídico nacional através da Ordem de Serviço n.º 08/GDGA/2016 e da Lei do Orçamento Geral do Estado n.º 03/2015, publicada no suplemento do Boletim Oficial n.º 16, de 21 de abril de 2015. Esta legislação estabelece a isenção do pagamento do IGV sobre as operações de importação e comercialização de medicamentos e produtos medicamentosos (FAO, 2021).

Adicionalmente, a Ordem de Serviço n.º 08/GDGA/2016, fundamentada na mesma Lei do Orçamento Geral do Estado n.º 03/2015, fixou a taxa do IGV em 10% para os produtos de primeira necessidade, adequando assim a tributação a um regime fiscal mais favorável para bens essenciais ao consumo básico da população.

Benefícios da livre circulação no espaço dos países membros que fazem parte do espaço comunitário da Comunidade Dos Estados da Africa Ocidental: certificado de origem, fatura da transação e certificado de qualidade. Benefícios de isenção: para além dos documentos exigidos para importação, o importador com benefício de isenção, deve dispor de autorização de isenção emitida pela comissão de isenções junto do ministério das finanças.

No que respeita aos documentos exigidos na exportação, e para exportar os produtos da Guiné-Bissau são exigidos os seguintes documentos para o operador económico:

- Fatura FOB.
- Declaração de autorização da exportação de direção geral do comércio.
- Certificado de quitação para com a DGCI.
- Número de identificação fiscal atribuído pela DGCI.
- Certificado de origem nacional.
- Certificado sanitário/fitossanitário.
- Declaração aduaneira de exportação.
- Prova de domiciliação de receitas de exportação (castanha de caju e outras).
- Pesagens e/ou medições das quantidades exportadas.
- Prova de pagamento de imposições de cobranças no cordão aduaneiro.

A validação das quantidades exportadas é realizada pelas agências de navegação, através da entrega dos manifestos à Direção-Geral das Alfândegas, de forma atempada, ou seja, preferencialmente antes da partida dos meios de transporte. Este procedimento visa assegurar o controlo eficaz das exportações e a conformidade com os regulamentos aduaneiros.

Considerando a análise realizada, sobre a evolução das políticas de comércio externo na Guiné-Bissau, torna-se pertinente compreender o conceito de política externa comercial. Neste contexto, trata-se de um conjunto de políticas públicas orientadas para a promoção do fluxo internacional de

bens e serviços, com o objetivo de aumentar a competitividade do país no comércio internacional. Estas políticas incluem medidas que incentivam a exportação, regulam as importações, e procuram assegurar uma inserção mais vantajosa do país nas cadeias de valor globais.

De acordo com (Albuquerque, 2023), as políticas públicas criadas pelo Estado podem ser analisadas de diversas maneiras, sendo que os principais critérios que podem ser utilizados são:

- **Eficácia:** Refere-se ao grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos. Uma política é considerada eficaz quando atinge integralmente os resultados pretendidos.
- **Eficiência:** Diz respeito à relação entre os recursos utilizados e os resultados alcançados, ou seja, à otimização do custo-benefício. Uma política eficiente obtém bons resultados com o menor uso possível de recursos.
- **Economicidade:** Está associada à capacidade de produzir bens e serviços com custos reduzidos, sem comprometer a qualidade, promovendo o uso racional e responsável dos recursos disponíveis.
- **Efetividade:** Define-se como a capacidade de produzir efeitos concretos e duradouros, positivos ou negativos, independentemente da intenção inicial. Avalia-se com base no impacto real das ações implementadas.
- **Análise de custo-efetividade:** Visa identificar e aproveitar oportunidades, avaliando se os benefícios alcançados justificam os custos envolvidos, especialmente em cenários de recursos limitados.
- **Equidade:** Relaciona-se com a justiça distributiva, ou seja, fornecer a cada indivíduo o que necessita para que todos possam usufruir das mesmas oportunidades, corrigindo desigualdades de base.
- **Satisfação:** Reflete o nível de aceitação ou aprovação dos beneficiários (clientes ou cidadãos) relativamente à qualidade dos bens ou serviços recebidos. Está ligada à percepção de valor, utilidade e atendimento às expectativas.

No caso da Guiné-Bissau, observa-se uma ausência de políticas públicas estruturadas e eficazes que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento do comércio externo. O país carece de uma reorganização profunda das suas estratégias políticas, orientadas para o aumento da produtividade e para o fortalecimento da competitividade no mercado internacional.

A falta de políticas públicas inovadoras que promovam o crescimento do setor externo resultou na incapacidade de diversificar a pauta exportadora, o que tornou a economia guineense altamente dependente de um único produto de exportação. Mesmo sendo este produto - a castanha de caju - considerado o “diamante nacional” pela sua qualidade e potencial, não foram adotadas políticas públicas eficazes para fomentar o seu desenvolvimento e valorização no mercado internacional (Correia, 2017).

Adicionalmente, é importante reconhecer que nenhum produto alcança notoriedade ou competitividade global sem investimento em produção, inovação e promoção comercial. Para que um produto se destaque no mercado internacional, é necessário um esforço sistemático de desenvolvimento e publicidade, o que requer políticas públicas específicas e bem coordenadas. Apesar de a castanha de caju da Guiné-Bissau ser reconhecida como uma das melhores do mundo, o país, desde os anos 1980 até hoje, não conseguiu implementar uma política que a torne verdadeiramente rentável e estratégica para o desenvolvimento nacional.

A evolução das políticas públicas no domínio do comércio externo tem sido marcada por avanços normativos, mas fraca implementação prática. A ausência de um planeamento coordenado e de incentivos efetivos à transformação local da castanha de caju revela uma lacuna estratégica. Como sublinham Albuquerque (2023) e Correia (2017), a eficácia das políticas públicas exige não apenas formulação legal, mas também capacidade de execução, sustentabilidade financeira e articulação com os agentes económicos locais.

## **1.7 A Produção de Caju na Guiné-Bissau**

Segundo relatório da ANCA-GB, (2018), existem diversos estudos na Guiné-Bissau sobre a produção da castanha de caju, desde a própria cultura do caju no país, assim como o seu histórico de produção, suas principais condições agronómicas, o processo produtivo, principais produtores e as perspetivas do mercado de caju.

O caju é considerado como o principal produto agrícola do país e desempenha um papel de capital importância na economia da Guiné-Bissau, tanto como gerador de emprego como também o principal produto de exportação do país, também é responsável pela melhoria de vida da população de zona rural assim como no combate a pobreza no país.

A produção da castanha de caju tem uma longa historia no país, sendo uma das culturas mais importante para a economia do país, desde que foi levado pelos portugueses da mata de amazónia no Brasil para o país.

O caju passou a ser uma das principais culturas e gerador de rendimento para as famílias rurais além de ser o principal produto de exportação da Guiné-Bissau. As condições edáficas do solo do país, bem como o clima tropical, são os grandes responsáveis do sucesso do cultivo deste produto. A castanha de caju é cultivada essencialmente pela população da zona rural, sendo a sua produção efetuada de uma forma tradicional.

O cultivo da planta ocorre principalmente em sistema agroflorestais, onde o caju é cultivado em simultâneo com outras plantas, como milho, arroz, mancara e manfafa, essa junção ajuda as famílias rurais a garantir a diversificação de receitas como ajuda também na segurança alimentar das famílias produtoras.

Segundo o relatório da ANCA-GB (2018), existem diversos estudos realizados na Guiné-Bissau sobre a produção da castanha de caju, abrangendo desde a própria cultura do cajueiro no país, o

seu histórico de produção, as principais condições agronómicas, o processo produtivo, os principais produtores, até às perspectivas do mercado nacional e internacional deste produto.

A castanha de caju é considerada o principal produto agrícola da Guiné-Bissau, desempenhando um papel central na economia nacional. Para além de ser a maior fonte de exportação, é também um gerador fundamental de emprego e rendimento, sobretudo nas zonas rurais, onde contribui significativamente para a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida das famílias produtoras.

A cultura da castanha de caju tem uma longa trajetória histórica no país, tendo sido introduzida pelos portugueses a partir da floresta amazónica no Brasil. Desde então, o caju tornou-se uma das culturas mais relevantes para a economia nacional, sendo hoje o principal produto de exportação e uma fonte essencial de rendimento para as comunidades rurais. As condições edáficas favoráveis - ou seja, a composição e qualidade dos solos - aliadas ao clima tropical da Guiné-Bissau, criam um ambiente altamente propício ao cultivo do cajueiro, justificando o seu sucesso e disseminação.

A produção da castanha de caju é realizada maioritariamente por famílias rurais, com recurso a métodos tradicionais de cultivo. O sistema de produção adotado é geralmente agroflorestal, onde o caju é cultivado em associação com outras culturas, como milho, arroz, mancara (amendoim) e manfafa (mandioca). Esta diversificação agrícola permite às famílias não só obter várias fontes de rendimento, como também reforçar a segurança alimentar, assegurando alimentos essenciais ao seu consumo ao longo do ano.

A nível mundial, existem diversas variedades de caju, cada uma com características agronómicas e comerciais distintas. Na Guiné-Bissau, a espécie mais cultivada é o *Anacardium occidentale*, reconhecida pela sua elevada qualidade, tanto ao nível da casca como da semente comestível (castanha). Esta variedade distingue-se pela sua superioridade, em relação a outras espécies, o que confere à castanha guineense uma posição competitiva no mercado internacional, sendo amplamente valorizada pelos importadores.

O ciclo de produção do caju na Guiné-Bissau é sazonal, com a colheita a ocorrer durante a estação seca, que se estende de Novembro a Abril. Esta sazonalidade influencia diretamente a organização das atividades produtivas e comerciais associadas à fileira do caju.

Apesar da relevância económica da castanha de caju para a Guiné-Bissau, a cadeia de produção deste produto estratégico enfrenta diversos desafios estruturais e técnicos que comprometem a sua produtividade e qualidade. Entre os principais constrangimentos identificados, destacam-se:

- Baixo nível de mecanização: A produção de caju continua a ser predominantemente manual, o que prolonga os tempos de colheita e transformação, tornando o processo vulnerável às condições climáticas sazonais e limitando o volume e a eficiência da produção.
- Défice de infraestruturas: A falta de infraestruturas adequadas para armazenamento, transporte e processamento da castanha compromete a capacidade de conservar a

qualidade do produto, prejudica a logística de comercialização e limita o acesso a mercados internacionais mais exigentes.

- Incidência de pragas e doenças: O cultivo do cajueiro está sujeito a ataques de pragas, como o catarinóide, que provocam perdas significativas de produtividade. A ausência de práticas consistentes de controlo integrado de pragas e doenças agrava ainda mais a vulnerabilidade das plantações.
- Falta de capacitação técnica dos produtores: Muitos agricultores não possuem formação adequada nas boas práticas agrícolas, especialmente no que se refere ao manejo das plantações, controlo de qualidade e valorização da castanha nos mercados. Esta lacuna dificulta a modernização do setor e a sua competitividade internacional (ANCA-GB, 2020).

A produção de castanha de caju tem um impacto socioeconómico significativo nas comunidades rurais da Guiné-Bissau. Para muitas famílias, esta cultura representa uma importante fonte de rendimento e emprego contribuindo, de forma direta, para a melhoria das condições de vida no meio rural.

Para além disso, o cultivo do caju gera efeitos positivos noutros setores da economia local, como o comércio de insumos agrícolas (fertilizantes, ferramentas) e os serviços de transporte, criando dinâmicas de complementaridade económica. No entanto, a forte dependência de uma única cultura expõe a economia rural a riscos elevados, como choques climáticos e flutuações nos preços internacionais. Essa vulnerabilidade reforça a necessidade de adotar estratégias de diversificação da produção agrícola e de melhoria das condições de trabalho e rendimento dos pequenos produtores (Samate, 2018).

A Guiné-Bissau exporta a maior parte da sua produção de castanha de caju, tendo como principais destinos Índia, Brasil, países da Europa e da Ásia. O país é reconhecido como um dos principais exportadores de castanha de caju em África, embora enfrente desafios persistentes em termos de competitividade, qualidade do produto e volatilidade dos preços internacionais.

Atualmente, a maior parte da castanha é exportada em estado bruto (*in natura*), sem passar por um processo de transformação local. Apesar de existirem iniciativas para aumentar a exportação de castanha processada, a Guiné-Bissau continua a enfrentar limitações estruturais na capacidade de processamento. No mercado interno, uma parte da produção é destinada ao consumo local, nomeadamente na forma de óleo de caju e castanha-torrada, vendidos principalmente nos mercados regionais (ANCA-GB, 2018). A produção de castanha de caju na Guiné-Bissau apresenta um potencial significativo de crescimento, desde que sejam implementadas estratégias coordenadas e sustentáveis, entre as quais se destacam:

- Investimentos em infraestruturas: Melhorar as condições de transporte, armazenamento e unidades de processamento, essenciais para preservar a qualidade do produto e facilitar o acesso aos mercados.
- Capacitação técnica dos produtores: Desenvolver programas de formação contínua para pequenos agricultores e técnicos, com foco em boas práticas agrícolas, gestão sustentável do cultivo, controlo de qualidade e valorização do produto.

- Inovação e valorização no processamento: Promover iniciativas de transformação local da castanha de caju, incentivando pequenas e médias unidades de processamento que permitam agregar valor ao produto, reduzir a dependência da exportação bruta e diversificar os destinos comerciais.

De acordo com o relatório da ANCA-GB (2020), existem 17 principais países produtores de castanha de caju a nível mundial, entre os quais se destacam: Índia, Vietname, Burundi, Filipinas, Tanzânia, Benim, Guiné-Bissau, Mali, Brasil, entre outros. Estes países são responsáveis por aproximadamente 82,13% da produção mundial de castanha de caju, evidenciando uma forte concentração geográfica na produção deste produto agrícola estratégico. O mesmo relatório revela que existem, em todo o mundo, 34 países produtores de castanha de caju, sendo que a Guiné-Bissau ocupa a 7.<sup>a</sup> posição no ranking mundial, com uma produção estimada em cerca de 200.000 toneladas, sendo que em 2024 a produção foi de 166.885 toneladas, mas em 2021 foi de 234.120 toneladas. Este volume representa aproximadamente 5,1% da produção global, consolidando o país como um dos principais atores africanos e mundiais neste setor.

Como se pode observar na Tabela 4, a produção mundial total de castanha de caju em bruto atinge os 3,6 milhões de toneladas métricas, valor que ilustra a importância económica e comercial desta cultura a nível internacional e justifica os esforços no sentido da sua valorização e transformação local.

Tabela 4: Estimativa da produção mundial da castanha de caju *in natura*, em toneladas e %.

N.º	País	Produção - TM	%
1	Índia	750.000	20,54
2	Costa de Marfim	620.000	16,98
3	Vietname	310.000	8,49
4	Tanzânia	300.000	8,21
5	Gana	270.000	7,39
6	Nigéria	205.000	5,61
7	Guiné-Bissau	200.000	5,48
8	Brasil	170.000	4,65
9	Benim	150.000	4,11
10	Cambodja	130.000	3,56
11	Burkina Faso	130.000	3,56
12	Indonésia	100.000	2,74
13	Moçambique	90.000	2,46
14	Senegal	60.000	1,64
15	Gâmbia	20.000	0,55
16	Quénia	11.000	0,30
17	Outros	130.000	3,56
Total da Produção Mundial		3.652.000	100,00

Nota: N.º=Número; TM=Toneladas Métricas.

Fonte: (ANCA-GB, 2020).

## 1.8 O Processo da Comercialização da Castanha de Caju na Guiné-Bissau

Segundo Armindo (2017), a Guiné-Bissau é reconhecida como um dos maiores produtores mundiais de castanha de caju. No entanto, apesar da sua importância económica, o setor não é devidamente rentabilizado e permanece, até hoje, como uma prática essencialmente rural, muitas vezes lembrada apenas em períodos eleitorais, quando são feitas promessas aos agricultores sobre a melhoria dos preços de comercialização da castanha.

De forma semelhante, o relatório da ANCA-GB (2018) confirma que o país figura entre os maiores produtores de castanha de caju, com uma das melhores qualidades a nível global. Contudo, a exploração deste setor continua a ser parcial e ineficaz, uma vez que a maior parte da produção é exportada em estado bruto (in natura), limitando significativamente o potencial de geração de valor. O relatório sublinha que, dos 100% da castanha produzida na Guiné-Bissau, apenas 5% é transformada localmente, sendo 95% exportada sem qualquer processamento, o que reduz consideravelmente os ganhos económicos de um país cuja economia depende quase exclusivamente deste produto e importa a maioria dos bens que consome.

Apesar de dispor de condições agro-ecológicas favoráveis à agricultura, a Guiné-Bissau não tem conseguido alcançar a autossuficiência alimentar e continua a evidenciar uma fraca capacidade produtiva, agravando a sua dependência das importações.

Por outro lado segundo o Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau (2004), o país apresenta uma capacidade instalada de processamento bastante limitada, que contrasta com o seu potencial para desenvolver uma agro-indústria de caju robusta. Embora o mercado internacional da amêndoa de caju seja volátil e complexo, a sua valorização torna-o altamente atrativo. No caso específico da Guiné-Bissau, o processamento local da castanha é apontado como uma estratégia promissora para dinamizar a economia nacional, através da criação de emprego e geração de valor acrescentado. No entanto, a capacidade instalada e a produção efetiva continuam a ser residuais.

Em 2018, o país contava com 39 unidades de processamento, das quais 17 estavam aptas a funcionar, com uma capacidade potencial de produzir 12.650 toneladas métricas de amêndoa por ano, caso recebessem os apoios técnicos e financeiros necessários. Contudo, devido a dificuldades estruturais, esta capacidade não foi aproveitada. Passados seis anos, ou seja, até 2024, apenas três fábricas continuam em funcionamento, de forma intermitente: que são: WAC, ARREY e LICAJU, com uma capacidade de processamento reduzida para 5.000 toneladas métricas por ano. Todas as outras pequenas unidades foram encerradas, refletindo o desinvestimento e o abandono progressivo do setor transformador.

De acordo com Cateia et al. (2018), o processo de comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau envolve uma diversidade de agentes económicos, tanto do setor público como privado. Entre os principais intervenientes encontram-se: o Estado, as instituições financeiras, os comerciantes, os exportadores, os agricultores, os transformadores, os grossistas, os intermediários, as famílias

rurais, as associações, as ONG e os *brokers*. Estes atores desempenham papéis diferenciados e complementares ao longo de toda a cadeia de valor da castanha.

Segundo o Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau (2004), a estrutura do sistema comercial da castanha de caju, desde a comercialização interna até à sua exportação pelo porto de Bissau, assenta em quatro pilares fundamentais: i) Instituições do Estado; ii) Instituições privadas; iii) Associações; e iv) Operadores económicos (em sentido amplo). Dentro das instituições do Estado envolvidas no processo de comercialização, destacam-se as seguintes:

- Secretaria de Estado do Comércio - Responsável pela gestão do comércio na Guiné-Bissau, em especial no que diz respeito à castanha de caju. Tem a seu cargo a elaboração de políticas, emissão de alvarás para comerciantes, fixação do preço base da castanha e fiscalização da comercialização.
- Ministério das Finanças - Atua através de duas direções: i) Direção-Geral das Alfândegas, que cobra as taxas de exportação; e ii) Direção de Contribuições e Impostos, que trata de impostos sobre prédios rústicos e tributação por tonelada métrica.
- Ministério do Equipamento Social e das Obras Pública - Garante a infraestrutura rodoviária e de telecomunicações, com especial enfoque nas vias de ligação marítima utilizadas pelas jangadas.
- Agência Portuária da Guiné-Bissau (APGB) - Responsável, em princípio, por ser a única via oficial de evacuação da produção nacional. No entanto, tem enfrentado críticas pela sua fraca performance e elevados custos operacionais.
- Ministério do Desenvolvimento Rural - Encarregue da inspeção dos armazéns e da certificação sanitária da castanha.
- Serviços de Emigração e Fronteiras - Embora com atuação controversa, integram o processo devido à participação de estrangeiros no comércio da castanha, frequentemente com entrada no país através de vistos de turismo.
- Polícia de Fronteira - Tem como missão controlar as fronteiras e garantir a saída regular do produto através do porto de Bissau.
- Polícia de Trânsito - Apesar de, à primeira vista, parecer irrelevante, a sua presença é frequentemente associada a perturbações no transporte da castanha, sendo necessário avaliar criticamente o seu papel no processo.
- Ministério da Justiça (Tribunais) - Responsável pela legalização de empresas e pela resolução de conflitos entre operadores económicos. Nota-se, porém, que abusos por parte dos serviços públicos raramente chegam aos tribunais, e o Estado criou um tribunal fiscal próprio para julgar e aplicar sanções diretamente aos operadores.
- Agência Nacional do Caju da Guiné-Bissau (ANCA-GB) - Instituição de referência na cadeia da castanha. Desempenha um papel estratégico ao nível do estudo dos mercados interno

e externo, auxilia na fixação do preço base, fiscaliza o processo comercial e acompanha todas as etapas da comercialização.

Além das instituições públicas, vários atores do setor privado desempenham papéis centrais na cadeia de comercialização da castanha de caju na Guiné-Bissau. Estes incluem bancos comerciais, comerciantes, exportadores, agências seguradoras, despachantes aduaneiros e estivadores de armazéns, todos eles essenciais para o funcionamento e dinamismo do setor.

Listam-se as seguintes Instituições e Associações Representativas:

- Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura (CCIA) - Entidade representativa das empresas privadas, atualmente em processo de reforma interna profunda, dado que cada um dos seus ramos de atividade (comércio, indústria e agricultura) já dispõe de organizações associativas autónomas.
- Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG) - Representa os agricultores e atua particularmente durante a campanha de comercialização da castanha, defendendo preços justos para os produtores e promovendo outras iniciativas relacionadas com a proteção dos seus interesses.
- Associação Guineense dos Exportadores da Castanha de Caju (AGEX) - Intervém nos momentos iniciais da campanha, frequentemente em confronto com a ANAG no que toca à influência sobre as políticas públicas e à definição dos preços base de comercialização.

Como principais agentes privados da cadeia comercial, destacam-se os seguintes:

- Agricultores e camponeses - Constituem a base do sistema produtivo, responsáveis por cerca de 80% da produção nacional de castanha de caju. Atuam de forma autónoma, com organização familiar e comunitária, mas sem estruturas locais sólidas de representação económica, como cooperativas ou uniões de produtores, o que fragiliza a sua capacidade negocial. A ANAG, embora presente a nível nacional e regional, tem demonstrado limitações na defesa ativa dos preços e condições comerciais em nome dos camponeses.
- Intermediários - São os primeiros compradores no terreno, geralmente estabelecidos nas zonas mais próximas dos produtores. Contudo, este grupo tem sido rapidamente substituído por operadores estrangeiros, sobretudo mauritanos, apoiados por postos avançados montados por grossistas ou exportadores, que atuam em condições desiguais de concorrência, fragilizando os intermediários tradicionais.
- Grossistas - Representam uma nova categoria de atores emergentes, cujo objetivo é adquirir grandes quantidades de castanha com vista à exportação. Este grupo procura consolidar poder de mercado e influência sobre os preços, atuando como elo entre os produtores locais e o comércio externo.
- Exportadores - Estimam-se em pouco mais de três dezenas, representando a fase final da cadeia comercial. São eles que realizam as exportações e interagem com o sistema fiscal, sendo responsáveis pela liquidação de impostos sobre a castanha exportada. Estes

operadores têm um papel fundamental na articulação entre o mercado nacional e o mercado internacional.

- Processadores - Esta classe de intervenientes é relativamente recente e a menos estruturada. Pode ser dividida em dois grupos:
  - Grandes processadores, que operam com investimentos significativos financiados por crédito bancário, e cuja capacidade tecnológica varia amplamente conforme o porte da unidade fabril;
  - Pequenos processadores, surgidos no âmbito do projeto TIPS, que beneficiaram de apoio técnico e financeiro para montar unidades artesanais de transformação. Com o fim do projeto e agravamento da crise económica, a maioria destas unidades cessou atividade ou opera com grandes dificuldades.
- *Brokers* - Atuam como compradores da castanha exportada, ligados sobretudo ao mercado indiano. Aproximadamente 80% deste segmento é controlado por operadores indianos, que adquirem a castanha in natura da Guiné-Bissau para posterior venda a fábricas de transformação na Índia. Estes brokers constituem um elo crucial entre os exportadores guineenses e os compradores industriais internacionais.

Como referido anteriormente e segundo o relatório de ANCA-GB (2018), a castanha de caju bruta é considerada como sendo o produto principal no setor agrícola, aquele que mais contribui para o PIB do país. E pode ser analisado em quatro momentos, no que respeita ao seu processo de comercialização, conforme se descreve na Figura 4.

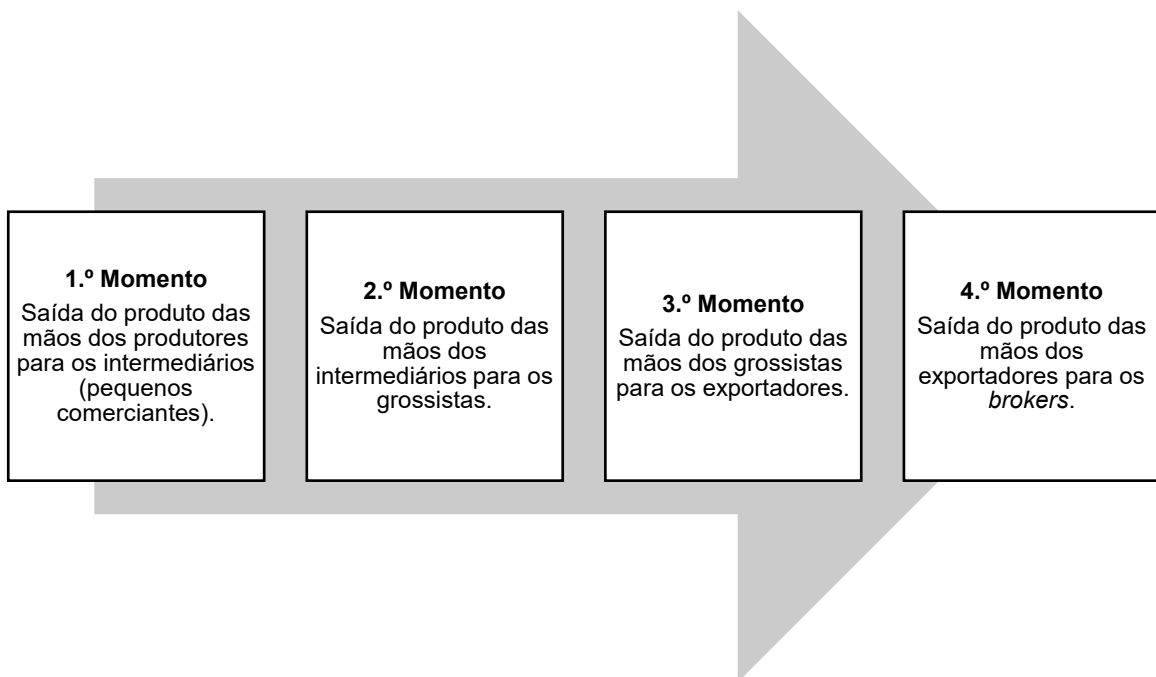


Figura 4: Momentos do processo de comercialização da castanha de caju.  
Fonte: ANCA-GB (2018, p. 15).

No setor da castanha de caju na Guiné-Bissau, é notória a ausência de organizações sólidas que assegurem a proteção dos interesses dos camponeses ao longo de toda a cadeia de comercialização. Embora a Associação Nacional dos Agricultores da Guiné-Bissau (ANAG) procure assumir esse papel durante o período da campanha, a sua intervenção acaba por se restringir à negociação e definição do preço base de comercialização, sem exercer qualquer poder efetivo de fiscalização sobre o cumprimento desses preços. Mesmo quando os comerciantes desrespeitam os preços estipulados, a ANAG limita-se à denúncia pública, não dispondo de mecanismos legais ou institucionais para fazer valer os direitos dos produtores, que, conseqüentemente, se tornam os principais prejudicados desta lacuna regulatória.

De forma geral, os camponeses não procedem à venda imediata da castanha após a colheita. A decisão de comercializar surge, normalmente, associada a necessidades urgentes e pontuais. Nessas circunstâncias, o produtor opta por vender uma pequena parte da castanha colhida. Caso contrário, prefere acumular uma certa quantidade antes de entrar no mercado, aguardando por um momento mais favorável.

Nos últimos anos, as constantes flutuações nos preços e a instabilidade da campanha têm gerado incerteza entre os produtores quanto ao melhor momento para comercializar a castanha. É frequente que os preços se apresentem relativamente baixos no início da campanha, subindo gradualmente até meados da temporada. Contudo, permanece a incógnita quanto à evolução dos preços na fase final, que pode traduzir-se tanto numa subida quanto numa queda abrupta. Durante as décadas de 1980 e 1990, era comum observar preços mais elevados no final da campanha, mas desde os anos 2000, tem-se verificado uma volatilidade acentuada, sem tendências previsíveis.

Durante a campanha, é comum a prática da troca direta de castanha por arroz, sustentada por duas razões principais:

- Segurança alimentar: Para muitos camponeses, esta forma de troca garante o acesso imediato a um bem essencial, como o arroz, assegurando assim a base da sua alimentação para o restante do ano.
- Falta de liquidez: A escassez de dinheiro em circulação durante a campanha obriga os produtores a aceitar produtos essenciais como meio de pagamento alternativo, compensando a ausência de numerário.

Um exemplo marcante desta dinâmica ocorreu em 1998, durante a crise provocada pela guerra de 7 de junho, quando os bancos comerciais, nomeadamente o Banco da África Ocidental (BAO) - então a única instituição bancária ativa no país - não conseguiram disponibilizar recursos financeiros suficientes para financiar a campanha da castanha. Esta restrição de crédito forçou os operadores a utilizar o arroz como instrumento de financiamento, funcionando como garantia colateral para o acesso ao crédito bancário. Neste contexto, o arroz passou a desempenhar uma dupla função: meio de pagamento e instrumento de controlo de *stocks*, facilitando a monitorização e o financiamento por parte das empresas e instituições financeiras.

A transição da castanha de caju da posse dos intermediários para os grossistas representa um dos momentos mais complexos da cadeia de comercialização na Guiné-Bissau. Compreender esta dinâmica exige um olhar retrospectivo sobre a estrutura comercial durante o período colonial, em comparação com o modelo atual pós-independência.

Durante o período colonial, a organização da cadeia comercial era caracterizada por uma estrutura hierárquica clara e centralizada, entre a empresa-mãe, as suas filiais regionais e os postos satélite, localizados nos postos administrativos. A elevação de uma localidade à categoria de centro comercial era um facto público, precedido por critérios definidos, sendo condição necessária para a instalação de casas comerciais.

A concorrência era regulada geograficamente, e os comerciantes apenas podiam atuar fora do seu local de origem mediante autorização do chefe de posto. Havia, portanto, critérios rigorosos para o exercício da atividade comercial, sendo proibida a atuação informal ou fora das zonas autorizadas, sob pena de sanções legais.

Com a independência política, deu-se início à estatização da atividade comercial, acompanhada pela nacionalização das infraestruturas das grandes casas comerciais. Isso traduziu-se numa substituição dos operadores privados por funcionários públicos no setor comercial, inspirada nos modelos dos "Armazéns do Povo" usados durante a luta armada.

A partir de 1984, iniciou-se uma reorganização do setor com a privatização das lojas públicas, incluindo instalações dos antigos armazéns da Sociedade Comercial Industrial. Contudo, este processo não contemplou adequadamente os pequenos comerciantes do interior, especialmente no acesso ao crédito. Assumiu-se erroneamente que, ao facilitar crédito aos operadores urbanos, a cadeia comercial se estenderia automaticamente ao interior, o que não se verificou na prática.

Este vazio comercial foi progressivamente ocupado por operadores estrangeiros, nomeadamente mauritanos, que se estabeleceram primeiro na capital e, posteriormente, nas regiões do interior, sobretudo nas capitais regionais. A partir da década de 1990, com o bom do caju, a sua presença alastrou-se aos setores administrativos, onde passaram a obter extensões de alvará, incluindo tabancas consideradas estratégicas. Esta tendência foi, mais tarde, seguida por senegaleses e guineenses de Conacri.

A figura do grossista é relativamente recente no contexto do comércio da castanha de caju na Guiné-Bissau, e ainda não está completamente institucionalizada ou compreendida pelos atores locais. Em muitos casos, os termos "intermediário" e "grossista" são usados indistintamente, embora representem funções distintas na cadeia comercial. O intermediário é, geralmente, o elo que liga diretamente o produtor ao sistema de comercialização, atuando nas zonas rurais. Já o grossista representa um agente com maior capacidade financeira e logística, cuja função é adquirir grandes volumes de castanha para fins de exportação ou revenda a exportadores. Durante a campanha de comercialização, os termos de troca são ditados pelos comerciantes, o que cria mecanismos de endividamento e dependência dos produtores rurais. Os grossistas, em particular, distinguem-se pela origem estrangeira predominante (libaneses, portugueses, mauritanos) e pela capacidade de

mobilizar recursos financeiros externos, o que lhes permite operar com autonomia e em larga escala. Em média, estes operadores manipulam entre 2.000 e 2.500 toneladas métricas de castanha de caju por campanha, ultrapassando frequentemente os volumes tratados pelos próprios exportadores nacionais. Esta realidade levanta questões estruturais importantes para o desenho de políticas comerciais que visem equilibrar a cadeia e proteger os pequenos produtores.

Um dos principais problemas estruturais do setor da castanha de caju na Guiné-Bissau prende-se com a fuga ao fisco, particularmente no que diz respeito à tributação dos operadores intermediários. A estrutura fiscal atualmente aplicada baseia-se no pressuposto de que todos os intervenientes na cadeia comercial partilham equitativamente os encargos fiscais, com a cobrança de impostos concentrada na fase final da cadeia, ou seja, ao nível dos exportadores.

Esta abordagem parte da suposição de que apenas os exportadores lidam com grandes quantidades de castanha, e que, por isso, os custos fiscais já estarão incorporados nos preços praticados ao longo da cadeia. No entanto, alterações recentes na dinâmica comercial demonstram que intermediários com grande capacidade financeira estão hoje a manipular volumes superiores a 2.000 toneladas métricas, sem qualquer tributação proporcional aos seus rendimentos reais. Esta situação cria distorções fiscais significativas e compromete a equidade e eficiência do sistema tributário, além de prejudicar a competitividade justa entre operadores.

Até ao final da década de 1990, a classe dos exportadores era ainda relativamente reduzida e composta, na sua maioria, por empresas nacionais com acesso ao crédito bancário. Contudo, com o eclodir da guerra de 7 de junho de 1998, o setor enfrentou um cenário de forte endividamento, agravado pela insolvência dos dois principais bancos comerciais do país. Estas circunstâncias levaram à perda de credibilidade e capacidade operacional de grande parte dos exportadores nacionais.

Como consequência, houve uma abertura progressiva do setor a operadores estrangeiros, transformando profundamente a sua composição. A partir desse momento, a exportação de castanha de caju deixou de ser um domínio quase exclusivo de nacionais, passando a incluir empresas e indivíduos de diferentes nacionalidades, o que permitiu a expansão da atividade, mas também introduziu novos desafios de regulação e controlo fiscal.

Segundo ANCA-GB (2018) e Mendes (2010), o quadro regulatório do setor da castanha de caju tem sido amplamente contestado pelos agentes económicos, que apontam fragilidades nas regras vigentes e na sua aplicação prática. A atuação do governo, enquanto entidade reguladora, tem procurado responder a estas críticas com propostas de melhoria, mas enfrenta obstáculos significativos relacionados com fragilidades institucionais, limitações orçamentais e ausência de consenso entre os intervenientes do setor.

Dada a complexidade da cadeia comercial e os seus múltiplos intervenientes, é essencial que as decisões governamentais sejam tomadas com grande cautela, tendo em consideração a realidade local da Guiné-Bissau e não baseadas unicamente em modelos importados de outros países, cujos contextos sociais, económicos e institucionais diferem substancialmente.

## 1.9 As Principais Dificuldades no Processamento da Castanha de Caju na Guiné-Bissau

Segundo o Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau (2004), as principais dificuldades encontradas a nível do processamento da castanha de caju na Guiné-Bissau prendem-se com:

- A situação da maioria das fábricas, que não estão estruturalmente preparadas para competir no mercado internacional em resultado das dificuldades de financiamento sentidas, dificultando deste modo a realização de investimentos em equipamento técnico e recursos humanos adequados.
- A falta de aprovisionamento a nível dos pontos críticos em quantidade e qualidade necessária devido a falta de financeiras crónicas.
- Os problemas ligados a uma conjuntura económica desfavorável de agro-indústria e até aos problemas específicos exógenos e endógenos da produção da indústria de caju.
- Os elevados custos de infraestruturas (energia não disponível).
- A incapacidade de competir com os exportadores da castanha de caju bruta devido aos preços elevados.
- A ausência de mecanismos de financiamento adequados para a agroindústria de caju.
- A falta de tecnologia e equipamento adequados para o processamento da castanha de caju.
- A gestão desadequada global das técnicas do processo produtivo.
- A fraca visão do mercado internacional da amêndoa de caju.
- A falta de cultura de industrialização e taxa de absentismo acentuada dos trabalhadores.
- O desrespeito as normas de higiene e segurança.

Para além das dificuldades de ordem técnica e estrutural, importa salientar a ausência de uma política pública eficaz e coordenada que promova de forma sistemática a industrialização do setor da castanha de caju. As iniciativas governamentais existentes têm sido pontuais, pouco articuladas entre si e, muitas vezes, dependentes de apoios externos, o que compromete a sua sustentabilidade e impacto a longo prazo. A inexistência de um quadro regulatório claro, de incentivos fiscais direcionados e de instrumentos financeiros adequados ao contexto das micro e pequenas empresas impede que o país capitalize o seu potencial de transformação local.

Acresce ainda a fragilidade institucional no acompanhamento, monitorização e avaliação das poucas políticas implementadas, o que limita a aprendizagem e a reformulação de estratégias. A ausência de centros de formação técnica especializados no processamento da castanha, bem como a falta de integração entre os diferentes atores da cadeia de valor (produtores, transformadores, entidades públicas e privadas) reforça a desarticulação existente. Neste contexto, é evidente que a industrialização da castanha de caju na Guiné-Bissau não depende apenas de investimentos em

infraestruturas e tecnologia, mas exige também uma abordagem política integrada e uma visão estratégica que valorize a transformação local como vetor essencial de desenvolvimento económico e soberania produtiva.

## **2. Metodologia de Investigação**

Segundo Santos (2000), o procedimento metodológico consiste num conjunto de conhecimentos que permitem a seleção, organização de estratégias, procedimentos técnicos e recursos articulados com os objetivos a serem atingidos em um determinado conhecimento.

O objetivo desta subsecção passa por descrever os procedimentos adotados na pesquisa de informação, que serve de base para dar resposta aos objetivos específicos e à questão de investigação. Assim, nesta subsecção são apresentadas as opções metodológicas adotadas nas etapas de investigação, que se encontram descritas na Figura 5.

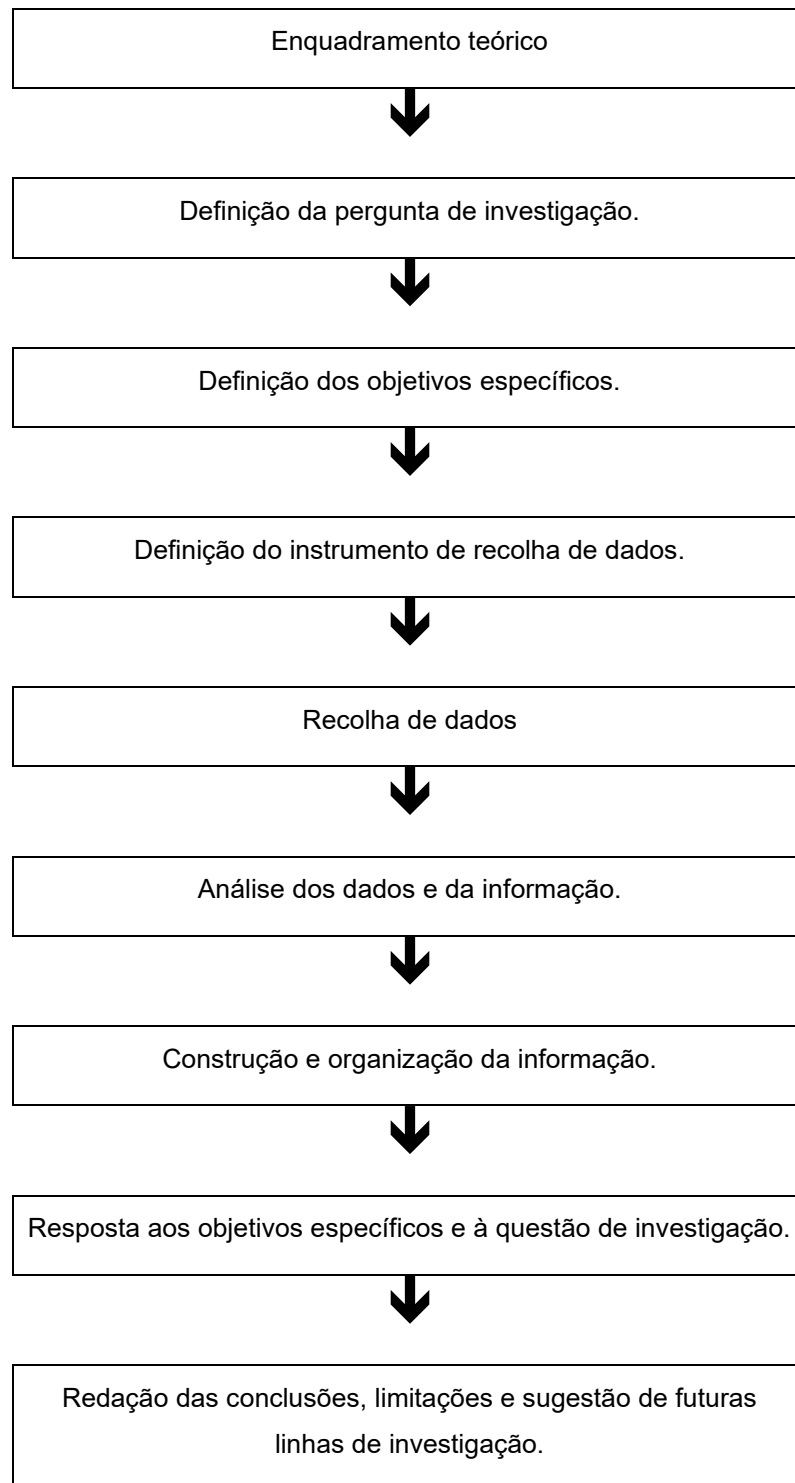


Figura 5: Resumo do quadro metodológico.

Fonte: Elaboração própria.

## 2.1 O Processo de Colheita e Transformação da Castanha de Caju

O processo de cultivo, colheita e transformação da castanha de caju no país envolve várias etapas fundamentais, entre as quais se destacam:

- Preparação do terreno: limpeza e delimitação da área de plantio.
- Plantação das mudas: com espaçamento adequado para o desenvolvimento saudável das árvores.
- Manutenção da cultura: incluindo capinas regulares, poda das árvores e controlo de pragas e doenças.
- Maturação e colheita dos frutos: realizada manualmente, recolhendo-se tanto a castanha como a maçã do caju.
- Colheita: primeira etapa é a colheita das castanhas que geralmente ocorre quando os frutos caem naturalmente da árvore e são colhidos manualmente pelos agricultores. É importante que as castanhas estejam maduras para garantir a qualidade do produto final.
- Secagem: após a colheita, as castanhas são espalhadas ao solo para secar. Essa etapa ajuda a reduzir 10% da humidade facilitando assim o armazenamento e o processamento posterior.
- Descasque: depois de secagem, as castanhas passam por um processo de remoção da casca externa dura, que pode ser feita manualmente ou com máquinas específicas. Essa casca é bastante resistente e precisa de ser retirada para aceder à castanha propriamente dita; a sua remoção manual pode estragar a pele de uma pessoa (do trabalhador, neste caso) porque contem um líquido que é contagioso pelo que é aconselhável a utilização da máquina que pode tornar o processo mais ágil e seguro. Neste caso, pode ser encontrado de seguida os custos que envolve esta etapa.
- Torrefação: a castanha é então torrada para facilitar a remoção da casca interna e também a melhoria do seu sabor; essa etapa pode ser feita na máquina de torrefação ou em panelas especiais, dependendo do método utilizado. De seguida, constam os materiais necessários para a realização deste processo.
- Embalamento: Depois de todos os processos acima indicados, finalmente a castanha é classificada por tamanho, qualidade e aparência, e depois são embalados para serem vendidas. Também de seguida, se apresentam os custos associado a esse processo.

Estas práticas, embora ainda predominantemente tradicionais, permitem manter a qualidade do produto, mas podem beneficiar significativamente de processos de modernização e assistência técnica para aumentar a produtividade e o rendimento dos produtores.

## 2.2 Objetivos da Investigação

A produção de castanha de caju desempenha um papel significativo na economia da Guiné-Bissau, sendo uma das principais fontes de receita para o país. O caju assume-se como uma das principais culturas de exportação da Guiné-Bissau, constituindo uma importante fonte de subsistência para muitos agricultores locais.

Esta investigação foi feita através da pesquisa mista (qualitativa e quantitativa), que se considera ser o tipo de pesquisa adequada para este tipo de trabalho. Uma boa questão de investigação deve conter os três critérios de qualidades seguintes: clareza, viabilidade e relevância (Quivy & Campenhoudt, 2005), pelo que se define como de questão de investigação para a presente dissertação a seguinte:

- Qual é o valor económico perdido, pela Guiné-Bissau, ao exportar a castanha de caju em bruto, sem realizar a sua transformação local?

Assim, no primeiro momento irá ser conduzido um levantamento bibliográfico e pesquisa documental, especialmente relativamente aos aspetos relacionados com as políticas governamentais do governo e das instituições multilaterais relacionadas diretamente com o comércio internacional, concretamente, com a comercialização da castanha de caju, integrando a parte qualitativa da investigação. Esta análise permitiu desagregar a questão de investigação nos seguintes Objetivos Específicos (OE):

- OE<sub>1</sub>: Conhecer o processo de comercialização de castanha de caju na Guiné-Bissau nos anos: 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.
- OE<sub>2</sub>: Indicar os fatores que dificultam a comercialização de castanha de caju na Guiné-Bissau.
- OE<sub>3</sub>: Analisar os problemas inerentes ao desenvolvimento do processamento/transformação de castanha de caju.

De forma a dar resposta aos objetivos específicos propostos, selecionam-se os seguintes instrumentos de recolha de dados, que constam da Tabela 5.

Tabela 5: Objetivos específicos e instrumentos de recolha de dados.

Objetivos	Instrumento de recolha de dados	Fonte	De que forma vai dar resposta ao objetivo
OE <sub>1</sub>	Dados do governo e dos seus parceiros multi laterais.	ANCA-GB e associação nacional dos agricultores.	Através de análise dos documentos.
OE <sub>2</sub>	Dados de ANCA-GB.	ANCA-GB.	Através dos relatórios produzidos pela ANCA.
OE <sub>3</sub>	Dados do governo e dos seus parceiros multe laterais	ANCA e associação nacional dos transformadores da castanha de caju.	Através dos documentos do governo e dos seus parceiros

Fonte: Elaboração própria.

Para se atingir os objetivos propostos e inicialmente definidos, após uma análise qualitativa, irá ser conduzida uma abordagem de tipo quantitativa, cujo método irá dar resposta às questões da realidade do desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau a partir das políticas adotadas pelo governo em termos da produção e comercialização da castanha de caju, como também no processo do desenvolvimento do sector de caju no país.

## 2.3 Tratamento e Análise dos Dados

Nesta subsecção pretende-se descrever os passos que foram seguidos para se obter o valor que a Guiné-Bissau perde com a venda da castanha de caju sem esta estar transformada.

Os dados foram recolhidos a partir do Ministério do Comércio Externo, sendo organizados, tratados e analisados com o apoio do *software Microsoft Excel*.

Com o auxílio do *Microsoft Excel*, foram calculados todos os custos associados com as etapas de descasque, torrefação e embalagem, sendo os custos das três etapas do processo detalhadas de seguida:

1. Cálculo do custo de descasque: neste cálculo foi incluído o custo da mão-de-obra, o custo da eletricidade e o valor da depreciação das máquinas utilizadas nesta fase.
2. Cálculo do custo de torrefação: sendo constituído pelo custo da mão-de-obra, o custo da eletricidade e a depreciação das máquinas específicas para essa etapa.
3. Cálculo do custo de embalagem: considerou-se o custo do saco ou embalagem, o custo da mão-de-obra, o custo da eletricidade e a depreciação dos equipamentos de embalagem.

O somatório dos custos anteriores permite determinar o custo industrial da transformação da castanha de caju. O valor encontrado foi comparado com a diferença do preço de venda da castanha transformada e o preço de venda da castanha em estado bruto, não transformada. A diferença encontrada corresponde ao potencial ganho que o país poderá obter com a transformação local da castanha de caju, em vez da mesma ser exportada em estado bruto.

Por fim, dado que toda a análise está assente na estimativa de uma série de variáveis, foi realizado uma análise de sensibilidade com o objetivo de avaliar o impacto, no crescimento económico, que a variação dessas variáveis pode causar. Foi ainda realizada uma análise de cenários com a variação de algumas variáveis em simultâneo criando, deste modo, alguns cenários possíveis.

Este procedimento permite uma compreensão clara do impacto económico da transformação da castanha de caju na Guiné-Bissau, possibilitando avaliações mais precisas sobre o benefício de promover a indústria de processamento local.

### **3. Apresentação e Análise dos Resultados**

Nesta secção pretende-se analisar os custos inerentes aos diferentes processos de transformação da castanha de caju, que vai permitir determinar o seu impacto económico na economia local, de acordo com a metodologia aplicada. Foram realizados alguns cálculos relacionados com aquisição dos materiais necessários para esse processo, considerando os custos e os recursos envolvidos. Por fim, analisam-se os possíveis ganhos económicos que podem ser obtidos ao transformar a castanha bruta em produtos processados, destacando assim as vantagens e oportunidades de mercado. Essa abordagem visa oferecer uma compreensão mais completa do potencial económico desta atividade, contribuindo assim para uma melhor tomada de decisão e planeamento estratégico.

#### **3.1 Custos Inerentes ao Processo de Transformação**

O processo de transformação inicia-se na descasca da castanha de caju seguindo-se o processo de torrificação, remoção da casca interna, e por último classificação e embalagem.

Na Tabela 6 encontram-se os custos relativos à potencial descasca da castanha de caju, considerando a aquisição de uma máquina de descasque.

Tabela 6: Dados relativos à descasca da castanha de caju.

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
Número de máquinas	1
Capacidade Instalada	150 kg/hora
Produção em 2024	72 t
Tempo necessário	480 h
Dias necessários	60

Fonte: Elaboração própria.

Neste processo é necessário a aquisição de uma máquina de descasque da castanha de caju, com capacidade instalada de transformação de 150 kg/hora, sendo o seu valor de aquisição de 2.306.941 FCFA. Considerou-se que, em média, um agricultor produz cerca de 72 toneladas/ano. Atendendo à capacidade instalada do equipamento, são necessárias 480 horas de laboração, o que corresponde a cerca de 60 dias. De referir que a colheita da castanha de caju decorre durante os meses de fevereiro a maio, como referido anteriormente, permitindo uma gestão adequada dos 60 dias de descasque.

Na Tabela 7 encontram-se os cálculos para determinar o custo hora da mão de obra no processo de descasque.

Tabela 7: Determinação do custo da mão-de-obra.

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
Vencimento mensal	100.000 FCFA
Encargo mensal	18.000 FCFA
Total de encargo mensal	1.416.000 FCFA
Meses de trabalho	11
Horas	160h
Custo/horas	804,55 FCFA

Fonte: Elaboração própria.

Para o processo de descasque da castanha de caju, tendo em conta as 72 toneladas de produção média, são necessárias 160 horas. O vencimento base considerado foi de 100.000 FCFA, suportando com encargos de 8% de Segurança Social e 10% do imposto da democracia totalizando assim um encargo mensal de 18.000 FCFA. Com base em 11 meses de trabalho, o custo por hora é de 804,55 FCFA. Para se obter a totalidade do encargo anual de 1.416.000 FCFA, foi adicionado o valor do salário bruto com o encargo mensal e multiplicado por 12 que corresponde ao número de meses durante um ano.

A máquina de descasque de castanha de caju consome 0,2 kw/h sendo o custo do kw/h de 250 FCFA, sendo necessário 480 horas para transformar a produção prevista, obtendo-se assim um custo de 24.000 FCFA com a eletricidade.

Para o cálculo da depreciação da máquina foi considerada uma vida útil da mesma de 10 anos. Todo este processo de descasque da castanha, para as 72 toneladas de transformação, tem um custo de 640.875,92 FCFA como se pode verificar pela Tabela 11.

No processo de torrefação, sendo a castanha torrada para facilitar a remoção da casca interna com vista a melhorar o seu sabor, está prevista a aquisição de uma máquina no valor 1.153.470,50 FCFA. A Tabela 8 apresenta os cálculos necessários de todo o processo.

Tabela 8: Dados relativo a torrefação.

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
Número de máquina	1
Capacidade instalada	100kg/h
Produção em 2024	72 t
Tempo necessário	720h
Dias necessário	90

Fonte: Elaboração própria.

A máquina que se pretende adquirir, para o processo da torrefação, tem um consumo de 1.000 kw/h o que corresponde um custo de eletricidade no processo de 180.000.000 FCFA. Os custos com a mão-de-obra considerados são os referidos na Tabela 8, sendo a taxa de depreciação do equipamento deste processo igualmente de 10%.

O custo total desta etapa (torrefação), para torrar as 72 toneladas previstas, é de 180.694.619,78 FCFA (Tabela 11) correspondendo a maior parte aos custos com eletricidade.

A embalagem é efetuada após a conclusão de todos os processos anteriormente indicados. Nesta etapa a castanha é classificada por tamanho, qualidade e aparência, sendo de seguida embalada para ser vendida. A tabela 9 indica o tempo necessário gasto nesta etapa.

Tabela 9: Custos de embalagem.

<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>
Capacidade instalada	2.400 Kg/h
Produção em 2024	72 t
Tempo necessário	30 h
Dias necessários	3,75 d

Fonte: Elaboração própria.

Para o processo de embalagem, conforme mencionado na metodologia, é necessário adquirir uma máquina no montante de 1.136.200 FCFA, com a capacidade de empacotar 40 sacos de um kg por minuto e cada saco custa 65 FCFA. Considerando uma operação contínua por 30 horas, esse volume totaliza aproximadamente 72.000 sacos, o que corresponde cerca de 3,75 dias de trabalho.

Tal como nas etapas anteriores, o custo da mão-de-obra no processo de embalagem da castanha de caju foi o considerado na Tabela 8.

O custo total desta etapa é de 4.870.256,06 FCFA, como se verifica na Tabela 11.

Após a conclusão das 3 etapas, descritas anteriormente, para se transformar 72 toneladas de castanha de caju tem um custo de 186.205.752,06 FCFA, o que corresponde por tonelada um custo de 2.586.191 FCFA, como se demonstra na Tabela 10.

Tabela 10: Determinação de custo industrial da castanha de caju.

<b>Descrição</b>	<b>Custo</b>
<b>Descasca</b>	
Eletricidade	24.000,00 F CFA
Mão de Obra	386.181,82 F CFA
Depreciação	230.694,10 F CFA
<i>Sub-Total</i>	<i>640.875,92 F CFA</i>
<b>Torrefação</b>	
Eletricidade	180.000.000,00 F CFA
Mão de Obra	579.272,73 F CFA
Depreciação	115.347,05 F CFA
<i>Sub-Total</i>	<i>180.694.619,78 F CFA</i>
<b>Embalagem</b>	
Sacos	4.680.000,00 F CFA
Eletricidade	52.500,00 F CFA
Mão de Obra	24.136,36 F CFA
Depreciação	113.620,00 F CFA
<i>Sub-Total</i>	<b>4.870.256,36 F CFA</b>
<b>Custo Total</b>	<b>186.205.752,06 F CFA</b>
Toneladas	72,000
Cuto/Tonelada	<i>2.586.191,00 F CFA</i>

Fonte: Elaboração própria.

A castanha de caju está a ser atualmente comercializada, em modo bruto, sem ter qualquer transformação, pelo montante de 500.000 FCFA a tonelada, sendo a cotação da mesma tonelada

transformada de 5.000.000 FCFA. Como referido anteriormente, a transformação de uma tonelada de castanha de caju tem um custo de 2.586.191 FCFA, incluindo este valor todos os custos envolvidos no processo de transformação da castanha de caju, aquisição das máquinas, mão-de-obra, eletricidade e outros custos necessários. Como se evidencia na Tabela 12, o possível ganho na transformação de uma tonelada de castanha de caju é de 1.913.809 FCFA. Tendo em linha de conta a venda de 166.885 toneladas de castanha de caju no ano 2024, o estado da Guiné-Bissau de forma direta perdeu, na economia do país, 319.386.014.828,04 FCFA Tabela 11. Pode ainda acrescentar-se a este valor, os efeitos indiretos como a geração de emprego da população.

Tabela 11: Determinação dos potenciais proveitos.

Descrição	Quantidade
Venda tonelada Bruta	500.000,00 F CFA
Venda tonelada tratada	5.000.000,00 F CFA
Diferença	4.500.000,00 F CFA
Custo/Tonelada	2.586.191,00 F CFA
Possível ganho	1.913.809,00 F CFA
Acréscimo na economia local, em 2024, de	319.386.014.828,04 F CFA

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos cálculos realizados, é possível perceber que, se os agricultores deixarem de esperar pelos preços de base da comercialização da castanha de caju, fixados pelo governo, e optarem por uma abordagem mais proativa, os benefícios podem ser significativos. Em vez de venderem a castanha de caju bruta no mercado tradicional, eles poderiam se organizar formando uma associação direcionada para a transformação da castanha de caju. Essa iniciativa permitiria investir na aquisição de equipamentos modernos de processamento, o que resultaria na melhoria da produtividade e na valorização do produto final.

Adicionalmente, ao se reunirem em uma associação, os agricultores poderiam reduzir custos de produção, otimizar a qualidade do produto e ampliar o valor agregado da castanha de caju. Além disso, essa estratégia proporcionaria maior autonomia e controle sobre os preços e a comercialização, diminuindo a dependência de preços fixados pelo governo ou de intermediários. Com uma produção mais eficiente e um produto de maior qualidade, eles poderiam conquistar mercados mais lucrativos, tanto local quanto internacional, garantindo assim uma renda mais estável e sustentável ao longo prazo.

Portanto, essa mudança de perspectiva vai potencializar o crescimento económico dos agricultores, mas também fortalecer a cadeia produtiva da castanha de caju na Guiné-Bissau, promovendo o desenvolvimento social e económico de toda a comunidade envolvida.

Através dessa avaliação, é possível identificar os fatores que influenciam o custo de produção, otimizar o processo, e tomar decisões estratégicas para melhorar a eficiência e a competitividade do produto final no mercado. Além disso, essa análise pode contribuir para estabelecer uma base sólida em termos do preço, garantindo assim maior sustentabilidade económica para os agricultores da Guiné-Bissau.

## **3.2 Análise de Risco**

A análise do risco foi feita para identificar, avaliar e priorizar os possíveis riscos que podem afetar o processo de transformação da castanha de caju na Guiné-Bissau. Assim, pretende-se compreender a natureza, a probabilidade da ocorrência e o impacto desses riscos, de modo a adotar medidas preventivas ou corretivas que minimizem seus efeitos negativos. Essa análise pode auxiliar na tomada de decisões, promovendo uma maior segurança, eficiência e antecipação de possíveis problemas.

### **3.2.1 Análise de sensibilidade**

Utilizou-se a análise de sensibilidade para identificar as principais variáveis que apresentam uma sensibilidade maior no processo de transformação da castanha de caju na Guiné-Bissau. Essa abordagem permite compreender quais são os fatores que influenciam, de forma significativa, a eficiência e a qualidade do processamento, possibilitando a implementação de melhorias. Além disso, a análise de sensibilidade é fundamental para otimizar os recursos, reduzir custos e aumentar a produtividade, que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável da cadeia de produção da castanha de caju no país.

Para efetuar os cálculos, do custo de transformação de uma tonelada de castanha de caju, foi assumido uma produção agrícola que produz em média 72 toneladas, como referido anteriormente. Na Tabela 12 apresenta-se o custo por tonelada e o acréscimo na economia da Guiné-Bissau, em resultado da produção média considerada.

Assim, caso a produção média de uma exploração agrícola seja de 36 toneladas o custo de transformação por tonelada aumenta 0,25%. Em sentido contrário, se a produção média aumentar para 108 toneladas o custo de transformação por tonelada reduz apenas 0,8%. Deste modo, verifica-se que o custo de transformação não é sensível às variações da quantidade de caju transformada.

Do mesmo modo, a variação na produção entre - 50% e + 50% em relação a produção tem um ligeiro impacto no ganho potencial da economia do país. A economia total aumenta 0,11% com o aumento na produção de 50%, e com a redução da produção de 50% verifica-se uma diminuição no ganho potencial da economia de -0,33%.

Tabela 12: Produção média por agricultor.

<b>Produção média (ton.)</b>	<b>Variação</b>	<b>Custo Tonelada</b>	<b>Acréscimo Economia</b>
72,00	0	2.586.191,00 F CFA	319.386.014.828,04 F CFA
36,00	-50%	2.592.575,18 F CFA	318.320.590.508,35 F CFA
39,60	-45%	2.591.414,42 F CFA	318.514.304.021,02 F CFA
43,20	-40%	2.590.447,12 F CFA	318.675.731.948,24 F CFA
46,80	-35%	2.589.628,64 F CFA	318.812.324.809,74 F CFA
50,40	-30%	2.588.927,08 F CFA	318.929.404.405,31 F CFA
54,00	-25%	2.588.319,06 F CFA	319.030.873.388,14 F CFA
57,60	-20%	2.587.787,05 F CFA	319.119.658.748,11 F CFA
61,20	-15%	2.587.317,62 F CFA	319.197.998.771,62 F CFA
64,80	-10%	2.586.900,35 F CFA	319.267.634.348,07 F CFA
68,40	-5%	2.586.527,01 F CFA	319.329.939.863,84 F CFA
72,00	0%	2.586.191,00 F CFA	319.386.014.828,04 F CFA
75,60	5%	2.585.886,99 F CFA	319.436.749.319,45 F CFA
79,20	10%	2.585.610,62 F CFA	319.482.871.584,37 F CFA
82,80	15%	2.585.358,28 F CFA	319.524.983.217,56 F CFA
86,40	20%	2.585.126,97 F CFA	319.563.585.547,99 F CFA
90,00	25%	2.584.914,16 F CFA	319.599.099.691,97 F CFA
93,60	30%	2.584.717,73 F CFA	319.631.881.978,73 F CFA
97,20	35%	2.584.535,84 F CFA	319.662.235.947,96 F CFA
100,80	40%	2.584.366,95 F CFA	319.690.421.776,52 F CFA
104,40	45%	2.584.209,70 F CFA	319.716.663.754,84 F CFA
108,00	50%	2.584.062,94 F CFA	319.741.156.267,93 F CFA

Fonte: Elaboração própria.

O salário médio considerado foi de 100.000 FCFA. No entanto, o mesmo pode sofrer variações pelas mais diversas razões. Se o salário diminuir 50% o custo de transformação de uma tonelada diminui 0,27%, sendo o ganho potencial na economia de 0,36%. Caso o preço do salário aumente 50% o custo de transformação e o ganho potencial na economia atingem valores simétricos, ou seja, são 0,27% e -0,35% respetivamente como se verifica na Tabela 13.

Assim pode afirmar-se que o custo por tonelada é relativamente insensível às variações de salários, com mudanças inferiores a 1% mesmo para as variações de  $\pm 50\%$ .

Tabela 13: Determinação da mão-de-obra.

Salário (€)	Varição	Custo Tonelada	Acréscimo Economia
100.000,00 F CFA	0	2.586.191,00 F CFA	319.386.014.828,04 F CFA
50.000,00 F CFA	-50%	2.579.318,84 F CFA	320.532.875.097,92 F CFA
55.000,00 F CFA	-45%	2.580.006,06 F CFA	320.418.189.070,93 F CFA
60.000,00 F CFA	-40%	2.580.693,27 F CFA	320.303.503.043,95 F CFA
65.000,00 F CFA	-35%	2.581.380,49 F CFA	320.188.817.016,96 F CFA
70.000,00 F CFA	-30%	2.582.067,71 F CFA	320.074.130.989,97 F CFA
75.000,00 F CFA	-25%	2.582.754,92 F CFA	319.959.444.962,98 F CFA
80.000,00 F CFA	-20%	2.583.442,14 F CFA	319.844.758.935,99 F CFA
85.000,00 F CFA	-15%	2.584.129,35 F CFA	319.730.072.909,00 F CFA
90.000,00 F CFA	-10%	2.584.816,57 F CFA	319.615.386.882,01 F CFA
95.000,00 F CFA	-5%	2.585.503,78 F CFA	319.500.700.855,03 F CFA
100.000,00 F CFA	0%	2.586.191,00 F CFA	319.386.014.828,04 F CFA
105.000,00 F CFA	5%	2.586.878,22 F CFA	319.271.328.801,05 F CFA
110.000,00 F CFA	10%	2.587.565,43 F CFA	319.156.642.774,06 F CFA
115.000,00 F CFA	15%	2.588.252,65 F CFA	319.041.956.747,07 F CFA
120.000,00 F CFA	20%	2.588.939,86 F CFA	318.927.270.720,08 F CFA
125.000,00 F CFA	25%	2.589.627,08 F CFA	318.812.584.693,09 F CFA
130.000,00 F CFA	30%	2.590.314,30 F CFA	318.697.898.666,10 F CFA
135.000,00 F CFA	35%	2.591.001,51 F CFA	318.583.212.639,12 F CFA
140.000,00 F CFA	40%	2.591.688,73 F CFA	318.468.526.612,13 F CFA
145.000,00 F CFA	45%	2.592.375,94 F CFA	318.353.840.585,14 F CFA
150.000,00 F CFA	50%	2.593.063,16 F CFA	318.239.154.558,15 F CFA

Fonte: Elaboração própria.

A máquina escolhida para descascar a castanha de caju tem como capacidade máxima 150 kg/h, como referido anteriormente. Contudo, caso a produção média seja inferior aos 150 kg/h não vai influenciar o custo de transformação de uma tonelada nem o ganho potencial na economia do país como está evidenciado na Tabela 14.

Tabela 14: Capacidade de produção da máquina de descasque.

<b>Capacidade Instalada (Kg/h)</b>	<b>Variação</b>	<b>Custo Tonelada</b>	<b>Acréscimo Economia</b>
150	0	2.586.191,00 F CFA	319.386.014.828,04 F CFA
75	-50%	2.591.887,97 F CFA	318.435.276.040,16 F CFA
82,5	-45%	2.590.852,16 F CFA	318.608.137.637,95 F CFA
90	-40%	2.589.988,98 F CFA	318.752.188.969,45 F CFA
97,5	-35%	2.589.258,60 F CFA	318.874.078.557,64 F CFA
105	-30%	2.588.632,56 F CFA	318.978.555.347,52 F CFA
112,5	-25%	2.588.089,99 F CFA	319.069.101.898,74 F CFA
120	-20%	2.587.615,24 F CFA	319.148.330.131,07 F CFA
127,5	-15%	2.587.196,35 F CFA	319.218.237.394,88 F CFA
135	-10%	2.586.824,00 F CFA	319.280.377.184,94 F CFA
142,5	-5%	2.586.490,84 F CFA	319.335.975.944,46 F CFA

Fonte: Elaboração própria.

A capacidade de torrefação é de 100kg/h como referido anteriormente. Mas, caso essa capacidade desça mais que 40%, seja menor que 60 kg/h, o ganho potencial na economia do país é negativo como se verifica na Tabela 15.

Tabela 15: Capacidade de produção da máquina de torrefação.

<b>Capacidade Instalada (Kg/h)</b>	<b>Variação</b>	<b>Custo Tonelada</b>	<b>Acréscimo Economia</b>
100	0	2.586.191,00 F CFA	319.386.014.828,04 F CFA
50	-50%	5.094.236,46 F CFA	-99.169.150.853,78 F CFA
55	-45%	4.638.228,19 F CFA	-23.068.211.638,91 F CFA
60	-40%	4.258.221,30 F CFA	40.349.237.706,82 F CFA
65	-35%	3.936.677,01 F CFA	94.010.156.383,98 F CFA
70	-30%	3.661.067,62 F CFA	140.005.229.535,83 F CFA
75	-25%	3.422.206,15 F CFA	179.867.626.267,43 F CFA
80	-20%	3.213.202,36 F CFA	214.747.223.407,58 F CFA
85	-15%	3.028.787,26 F CFA	245.523.338.531,25 F CFA
90	-10%	2.864.862,72 F CFA	272.879.885.307,83 F CFA
95	-5%	2.718.193,39 F CFA	297.356.795.581,63 F CFA

Fonte: Elaboração própria.

Esta elevada sensibilidade desta variável deve-se ao facto da etapa da torrefação ser responsável por 97% dos custos totais com a transformação do produto.

A Tabela 16 indica a sensibilidade da etapa de embalagem no processo de transformação da castanha de caju. Da análise da referida tabela verifica-se que o custo de transformação de uma tonelada, assim como o ganho potencial na economia do país, não são sensíveis a variações da capacidade instalada de embalagem.

Tabela 16: Capacidade de produção da máquina de embalagem.

Capacidade Instalada (Sacos/min.)	Varição	Custo Tonelada	Acréscimo Economia
40	0	2.586.191,00 F CFA	319.386.014.828,04 F CFA
20	-50%	2.587.255,39 F CFA	319.208.383.445,46 F CFA
22	-45%	2.587.061,87 F CFA	319.240.680.060,47 F CFA
24	-40%	2.586.900,60 F CFA	319.267.593.906,32 F CFA
26	-35%	2.586.764,14 F CFA	319.290.367.160,50 F CFA
28	-30%	2.586.647,17 F CFA	319.309.887.092,65 F CFA
30	-25%	2.586.545,80 F CFA	319.326.804.367,18 F CFA
32	-20%	2.586.457,10 F CFA	319.341.606.982,39 F CFA
34	-15%	2.586.378,84 F CFA	319.354.668.113,46 F CFA
36	-10%	2.586.309,27 F CFA	319.366.278.007,75 F CFA
38	-5%	2.586.247,02 F CFA	319.376.665.807,90 F CFA

Fonte: Elaboração própria.

Assim, a variável que o custo de transformação de uma tonelada, assim como o ganho potencial na economia do país é mais sensível é na etapa da torrefação, seguido da etapa da embalagem e por fim da descasca, mas nestas duas etapas a sensibilidade é insignificante.

### 3.2.2 Análise de cenários

Recorreu-se a análise de cenários, para se poder analisar as variações que podem ter impacto no processo de transformação da castanha de caju na Guiné-Bissau, com a finalidade de identificar as oportunidades e ameaças, antecipando mudanças e criar estratégias flexíveis para minimizar possíveis riscos futuros. Essa análise pode ajudar na tomada de decisões mais informadas, reduzindo os riscos e aumentar a capacidade de adaptação das possíveis incertezas.

A Tabela 17 indica que até no cenário mais pessimista, em que a produção diminui 30%, o salário aumenta 40%, e a capacidade de descasque, torrefação e embalagem diminui 30%, o ganho potencial na economia do país ainda é significativo 137.754.334.445,90 FCFA.

Tabela 17: Sumário do cenário.

<b>Descrição</b>	<b>Valores atuais:</b>	<b>Pessimista</b>	<b>Otimista</b>	<b>Mais provável</b>
<b>Produção</b>	0,0%	-30,0%	30,0%	10,0%
<b>Salário</b>	0,0%	40,0%	-10,0%	500,0%
<b>Descasque</b>	0,0%	-30,0%	30,0%	10,0%
<b>Torrefação</b>	0,0%	-30,0%	30,0%	10,0%
<b>Embalagem</b>	0,0%	-30,0%	30,0%	10,0%
<b>Custo_Ton</b>	2.586.191 FCFA	3.674.555 FCFA	2.003.320,44 FCFA	2.419.465,99 FCFA
<b>Acresc_Economia</b>	319.386.014.828 FCFA	137.754.334.446 FCFA	416.658.368.755FCFA	347.209.917.845 FCFA

Fonte: Elaboração própria.

Perante os valores apresentados, pode-se considerar que este projeto não apresenta um risco elevado sendo uma mais-valia para a população, agricultores, produção e comercialização de castanha de caju e, conseqüentemente, para a economia da Guiné-Bissau.

## **Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação**

A análise do processo de comercialização e transformação da castanha de caju na Guiné-Bissau evidencia um potencial económico considerável para o país. A transformação da castanha de caju pode gerar um ganho estimado aproximadamente em 1.912.294,79 FCFA, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento económico local. Com a produção prevista de 166.885 toneladas exportadas em 2024, a transformação total dessa quantidade poderia acrescentar cerca de 319.133.316.802,47 FCFA à economia nacional, demonstrando o potencial do valor agregado através do processo de industrialização. No entanto, o aproveitamento desse potencial depende não depende exclusivamente de decisões empresariais (a estrutura empresarial é marcada por operadores de dimensão muito reduzida e com elevado carácter de informalidade), mas sobretudo de políticas públicas integradas, estáveis e orientadas para o fortalecimento da cadeia de valor da castanha de caju.

No entanto, este estudo apresenta algumas limitações que merecem atenção. Primeiramente, os dados disponíveis podem não refletir as dinâmicas atuais do sector, uma vez que os fatores como

variações climáticas, políticas governamentais e acesso a tecnologias podem alterar os cenários futuros. Além disso, a análise deste estudo não considerou os fatores socioeconómicos, ambientais e logístico que influenciam o sucesso da cadeia de valor da castanha de caju nas regiões.

A criação de um ambiente institucional propício, com incentivos fiscais, crédito acessível, infraestrutura logística e capacitação técnica, exige uma intervenção estratégica do Estado. A definição de políticas públicas consistentes poderá ser decisiva para a transição da Guiné-Bissau de um modelo de exportação em bruto para um modelo de transformação com valor acrescentado.

Para aprofundar o entendimento e promover o desenvolvimento sustentável do sector, futuras linhas de investigação deveriam explorar, por exemplo, a análise do impacto socioeconómico da transformação da castanha de caju nas comunidades locais, a sua viabilidade de implementação das tecnologias de processamento mais eficientes e sustentáveis, bem como as estratégias para ampliar o acesso ao mercado internacional. Além disso, as investigações que considerem os efeitos ambientais e as melhores práticas de manuseamento podem contribuir para uma cadeia de valor mais sustentável e resiliente na Guiné-Bissau.

Em suma, enquanto o potencial de valorização económica é evidente, a realização de estudos mais aprofundados e abrangentes é fundamental para orientar as políticas e estratégias que promovam o crescimento sustentável do sector da castanha de caju na Guiné-Bissau.

## Referências Bibliográficas

- Abdulai, I. (2020). *A expansão do cultivo do caju e seus impactos ambientais e econômicos na Guiné-Bissau* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas].
- Albuquerque, V. (2023). Política comercial brasileira: Proposta de um modelo de avaliação. In *Administração e marketing: Tópicos atuais em pesquisa* (Vol. 2, pp. 217–238). Editora Científica Digital. <https://doi.org/10.37885/221110931>
- ANCA-GB. (2018). *Relatório da campanha de comercialização e exportação de caju – 2018*. Agência Nacional de Caju da Guiné-Bissau.
- ANCA-GB. (2020). *Relatório da campanha de comercialização e exportação da castanha de caju in natura – 2020*. Agência Nacional de Caju da Guiné-Bissau.
- Armindo, M., & Weimar, F. R. (2017). *Custo de transação e dinâmica das instituições no mercado de caju na Guiné-Bissau*.
- Barry, B. S., Creppy, E. G. E., & Wodon, Q. (2007). Cashew production, taxation, and poverty in Guinea-Bissau. *World Bank Working Paper* (No. 88).
- Brainer, M. S. de C. P. (2021). Cajucultura: O proveito do pedúnculo. *Caderno Editorial – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)*, 190, 1–19. <http://www.bnb.gov.br>
- Cateia, J. V., Da Silva, I. C., & Rohenkohl, J. E. (2018). A mudança estrutural na Guiné-Bissau. *Textos de Economia*, 21(1), 97–124. <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2018v21n1p97>
- Comba, Z. (2022). *Relatório de pesquisa – Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente*.
- Correia, G. B. (2017). [Trabalho acadêmico não publicado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). (2021). *World food and agriculture: Statistical pocketbook 2021*. <https://doi.org/10.4060/cb4478en>
- Havik, P. J., Monteiro, F., Catarino, S., Correia, A. M., Catarino, L., & Romeiras, M. M. (2018). Agro-economic transitions in Guinea-Bissau (West Africa): Historical trends and current insights. *Sustainability (Switzerland)*, 10(10), 1–19. <https://doi.org/10.3390/su10103408>
- Krugman, P., Obstfeld, M., & Melitz, M. (2015). *International economics: Theory and policy* (10th ed.). Pearson Education.
- Mendes, J. (2010). *Segurança alimentar e a produção de caju na Guiné-Bissau* [Monografia de graduação, instituição não especificada].
- Ministério da Agricultura da Guiné-Bissau. (2004, março). *O caju da Guiné-Bissau: Análise da fileira (versão draft)*. Documento de trabalho preparado para a Conferência Nacional sobre a fileira do caju. Bissau.
- Monteiro, F., Catarino, L., Batista, D., Indjai, B., Duarte, M. C., & Romeiras, M. M. (2017). Cashew

- as a high agricultural commodity in West Africa: Insights towards sustainable production in Guinea-Bissau. *Sustainability (Switzerland)*, 9(9), 1–14. <https://doi.org/10.3390/su9091666>
- Maciel, P. J., Peres, L. P., & Z. H. (2021). *Guiné-Bissau: Primeira avaliação da Facilidade de Crédito Alargada – Relatório do FMI n.º 23/206, 27 de abril de 2023*. <https://www.imf.org>
- Nsengiyumva, J. C., Monteiro, F., Ferreira, J., Barai, A. S., & Font, M. C. (2024). Feasibility of Fairtrade Adoption by Cashew Farmers and its Potential Contribution to the Sustainability in Guinea-Bissau. *Research in Agricultural & Applied Economics*.
- Ricardo, D. (2021). Essay on profits. *Trimestre Económico*, 88(351), 913–929. <https://doi.org/10.20430/ETE.V88I351.1304>
- Samate. (2018). *Análise da cadeia produtiva da castanha de caju com ênfase no beneficiamento e comercialização da amêndoa* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco].
- Sierra-Baquero, P., Catarino, S., Costa, G. J., Barai, A., Correia, Z., Ferreira, M. R., ... & Monteiro, F. (2024). Insights into the cashew production system in Guinea-Bissau: implications for agroecosystem sustainability. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 8, 1439820.
- Silla. (2024). *Relatório de pesquisa*. Frederico Westphalen, RS.
- Smith, A. (1985). *A riqueza das nações* (Vol. I). [Tradução ou edição não especificada].